



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS PROF. ANTÔNIO GARCIA FILHO
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL**



MARTA REGINA VALADARES

**AS PRÁTICAS DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS JUNTO ÀS CRIANÇAS EM
SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Lagarto/SE
2021

MARTA REGINA VALADARES

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Alves dos Santos Silva

Coorientadora: Profa. Dra. Martha Morais Minatel

**AS PRÁTICAS DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS JUNTO ÀS CRIANÇAS EM
SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de Sergipe, como pré-requisito para obtenção do grau de Bacharel no curso de Terapia Ocupacional.

MARTA REGINA VALADARES

**AS PRÁTICAS DE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS JUNTO ÀS CRIANÇAS EM
SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado como cumprimento das exigências legais da Resolução 36/2011 CONEPE-UFS do currículo do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Sergipe, Lagarto/SE.

Lagarto/SE, 19 de novembro de 2021.

Avaliadores:



Prof. Dr. Rodrigo Alves dos Santos Silva

Orientador



Prof. Dra Martha Morais Minatel

Coorientadora



Prof. Dra. Luana Foroni Andrade

Membro da Banca Examinadora



Prof. Dr. Jorge Lopes Cavalcante Neto

Membro da Banca Examinadora

RESUMO

O trabalho com a população infantil é uma das áreas de atuação da terapia ocupacional mais estruturadas e desenvolvidas no Brasil, a profissão busca contribuir para o desenvolvimento, autonomia e participação social deste público. Buscou-se, neste estudo, identificar as práticas de terapeutas ocupacionais junto à população infantil (0-12 anos) em serviços de saúde a partir da literatura científica brasileira entre os anos 2015 e 2020. O método utilizado foi a revisão integrativa da literatura, para a busca utilizou-se os descritores “Terapia Ocupacional”, “Criança(s)”, “Infância” e “Desenvolvimento Infantil”, nas bases de dados SCIELO e LILACS e em periódicos nacionais de Terapia Ocupacional. A análise de dados ocorreu por meio da análise de conteúdo temática. Foram encontrados 364 artigos, dos quais 44 compuseram a amostra final, os artigos foram produzidos por 167 autores que tinham origem principalmente da região Sudeste, ligados a instituições de ensino públicas. As práticas foram desenvolvidas nos diferentes níveis de atenção à saúde, diante disso, emergiram-se para análise as categorias temáticas: 1) Práticas realizadas em serviços de Atenção Primária ou territoriais; 2) Práticas realizadas em serviços de Atenção Secundária; e 3) Práticas realizadas em serviços de Atenção Terciária, tais práticas foram realizadas de forma direta, com as crianças, e de forma indireta, com familiares, cuidadores, escola e/ou equipe de saúde. Conclui-se que a atuação da Terapia Ocupacional com o público infantil é extensa, a área segue em crescente desenvolvimento, estruturação e consolidação no país, em busca de uma assistência cada vez mais qualificada, integral e intersetorial.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional; Prática Profissional; Criança(s); Serviços de Saúde.

ABSTRACT

Working with the child population is one of the most structured and developed areas of occupational therapy in Brazil, the profession seeks to contribute to the development, autonomy and social participation of this public. This study sought to identify and analyze the practices of occupational therapists with the child population (0-12 years) in health services from the Brazilian scientific literature between 2015 and 2020. The method used was the integrative review of the in the literature, the descriptors “Occupational Therapy”, “Child(s)”, “Childhood” and “Child Development” were used in the SCIELO and LILACS databases and in national occupational therapy journals. Data analysis took place through thematic content analysis. A total of 364 articles were found, of which 44 made up the final sample, the articles were produced by 167 authors who originated mainly from the Southeast region, linked to public education institutions. Practices were developed at different levels of health care, and therefore, thematic categories emerged for analysis: 1) Practices carried out in Primary or territorial care services; 2) Practices performed in Secondary Care services; and 3) Practices carried out in Tertiary Care services, such practices were carried out directly, with children, and indirectly, with family members, caregivers, school and/or health staff. It is concluded that the work of Occupational Therapy with children is extensive, the area continues to develop, structure and consolidate in the country, in search of increasingly qualified, comprehensive and intersectoral assistance.

Keywords: Occupational Therapy; Professional Practice; Kids; Health Services.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	OBJETIVO GERAL	8
3	METODOLOGIA	9
	3.1 PRIMEIRA ETAPA: IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E ESTABELECIMENTO DA HIPÓTESE OU QUESTÃO DE PESQUISA PARA A ELABORAÇÃO DA REVISÃO INTEGRATIVA	9
	3.2 SEGUNDA ETAPA: ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE ESTUDOS/AMOSTRAGEM OU BUSCA NA LITERATURA	9
	3.3 TERCEIRA ETAPA: DEFINIÇÃO DAS INFORMAÇÕES A SEREM EXTRAÍDAS DOS ESTUDOS SELECIONADOS/CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS	10
	3.4 QUARTA ETAPA: AVALIAÇÃO DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NA REVISÃO INTEGRATIVA	11
	3.5 QUINTA ETAPA: INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	11
	3.6 SEXTA ETAPA: APRESENTAÇÃO DA REVISÃO/ SÍNTESE DO CONHECIMENTO	11
	ANÁLISE DE DADOS	12
4	RESULTADOS	13
5	DISCUSSÃO	24
	5.1 PRÁTICAS REALIZADAS EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA OU TERRITORIAIS	24
	5.2 PRÁTICAS REALIZADAS EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA	25
	5.3 PRÁTICAS REALIZADAS EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO TERCIÁRIA	27
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	30
	APÊNDICE	33

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo as crianças não foram reconhecidas enquanto uma categoria com suas especificidades, podemos afirmar que a infância como uma construção social existe desde os séculos XVII e XVIII, entretanto, é apenas no século XX que observamos a relevância social da infância, evidenciada pela entrada destes na agenda da opinião pública e pela frequência de publicações de artigos no âmbito da sociologia da infância (SARMENTO; PINTO, 1997).

No Brasil, a noção de criança como ser biopsicossocial e a conquista dos seus direitos enquanto cidadão também foi se construindo ao longo dos anos, à medida que esses sujeitos enfrentavam diferentes situações de vida e saúde (ARAÚJO et al., 2014). Ainda no século XIX, os cuidados a esta população eram prestados a partir do que estava mais urgente, o monitoramento e a vigilância do desenvolvimento infantil não eram prioridades, e na assistência não existia divisão entre setores de saúde, educação e assistência social até o século XX (NUCCI; LOURENÇO; BARBA, 2018).

Referindo-se especificamente a atenção à saúde pública para as crianças, Araújo et al. (2014) afirmam que esta foi pensada inicialmente junto a assistência à saúde do adulto trabalhador, na década de 1920, a partir do entendimento de que, se a criança adoecesse, necessitaria do cuidado dos responsáveis, ocasionando faltas nas indústrias pelos trabalhadores. Nos anos seguintes, foi possível notar um reconhecimento à população infantil pela criação de programas, políticas e ações públicas, em busca da atenção integral e qualificada da criança.

Dentre as conquistas nestes anos subsequentes, estão a criação de programas de proteção à maternidade, à infância e à adolescência, como o Programa de Saúde Materno-Infantil e o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança. Outros fatos importantes, também na busca para a concretização desta atenção, foram o desmembramento do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde (MS), e a criação de Divisões dentro do MS responsáveis pela assistência à saúde da mulher, da criança e do adolescente (ARAÚJO et al., 2014).

Finalmente, no ano de 1988, houve a promulgação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição Federal Brasileira, a partir desta, foi determinado como dever do Estado garantir a saúde a toda população brasileira, inclusive as crianças. Em 1990, pela Lei nº 8.069, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantindo o direito à proteção integral, enfatiza-se aqui a proteção à vida e à saúde, instituída do nascimento até 18 anos de idade.

A partir destes marcos legais, algumas iniciativas criadas que se destacaram foram a Rede Cegonha, o Brasil Carinhoso, a Estratégia Brasileirinhas e Brasileirinhos Saudáveis, além

da portaria n° 1.130, de 5 de agosto de 2015, referente a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) que busca, entre seus objetivos, promover e proteger a saúde da criança por meio da atenção e cuidados integrais em busca da redução da morbimortalidade, além de um ambiente facilitador para prestação de cuidados (NUCCI; LOURENÇO; BARBA, 2018).

Além disso, destaca-se a Lei n° 13.257 de 8 de março de 2016, reconhecida como Marco Legal para a Primeira Infância, considerada uma das leis mais avançadas do mundo sobre políticas públicas, que contribui para o fortalecimento da atenção integral à saúde da criança (NUCCI; LOURENÇO; BARBA, 2018).

Esta perspectiva do cuidado integral na atenção à infância, visa principalmente solidificar o entendimento acerca das especificidades destes sujeitos, reconhecendo-os enquanto uma população em desenvolvimento, com suas características próprias e particularidades. Somado a isso, Cohn (2013) descreveu sobre a importância de evitar generalizar estas infâncias, como se existisse apenas uma forma de ser, é fundamental que se compreenda o que é ser criança em cada lugar que está inserida, e mais que isso, o que é ser criança para cada criança.

Para a concretização do cuidado integral, é necessário que haja a articulação das ações e serviços de setores distintos, e conseqüentemente de diferentes profissionais, com o intuito de englobar os aspectos presentes em todos os contextos e ambientes em que a criança está inserida (NUCCI et al, 2017).

Gomes e Oliver (2010) afirmaram que a terapia ocupacional desenvolve um trabalho relevante com crianças e a profissão busca contribuir para o seu desenvolvimento, autonomia e participação social. Existe um extenso campo de trabalho da terapia ocupacional junto à população infantil e há um crescimento significativo da produção científica, apesar de ainda haver uma maior concentração destas publicações na região sudeste e ligadas às instituições de ensino (GOMES; OLIVER, 2010).

Para os terapeutas ocupacionais o envolvimento em ocupações é fundamental para o desenvolvimento infantil em diversos aspectos. As ocupações infantis podem ser definidas como “ações intencionais que as crianças realizam no curso de seu desenvolvimento” (FOLHA; DELLA BARBA, 2020, p. 228), estas contribuem para o desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo, influenciando assim também na saúde e bem-estar (FOLHA; DELLA BARBA, 2020).

Sobre a população infantil atendida em terapia ocupacional, Gomes e Oliver (2010) afirmaram que é possível encontrar trabalhos realizados em todas as fases de desenvolvimento,

isto é, a população varia desde recém nascidos (até 30 dias), lactentes (1-23 meses) a pré-escolares (2-5 anos) e crianças (6-12 anos).

Atualmente, segundo Folha e Della Barba (2020) o trabalho com a população infantil é uma das áreas de atuação da terapia ocupacional mais estruturadas e desenvolvidas. De acordo com as Resoluções nº 406/2011, nº 407/2011, nº 408/2011, nº 429/2013 e nº 500/2018 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, o terapeuta ocupacional pode atuar com o público infantil dentro de diferentes contextos e de diversas formas, como em contextos escolares, sociais e em saúde. Especificamente no contexto da saúde, o terapeuta ocupacional trabalha junto à população infantil em serviços públicos e privados, em clínicas, hospitais, centros especializados, nas áreas de reabilitação, saúde mental e saúde da família.

Dessa forma, foi possível reconhecer o crescente desenvolvimento e estruturação desta área no Brasil, entretanto, a atenção à saúde da criança ainda segue em processo de consolidação para superação de limites em busca de uma assistência qualificada, integral e intersetorial. Sabendo que o terapeuta ocupacional é um dos profissionais que integram esses serviços, com esta pesquisa, busca-se identificar o que tem sido produzido, no contexto brasileiro, sobre as práticas de terapeutas ocupacionais junto à população infantil nos serviços de saúde. Neste será discutido acerca das práticas realizadas nos três níveis de atenção à saúde (primário, secundário e terciário), com um enfoque nas avaliações e intervenções utilizadas em cada nível.

2 OBJETIVO GERAL

Identificar as práticas de terapeutas ocupacionais junto a crianças em serviços de saúde a partir da literatura científica brasileira de língua portuguesa, entre os anos de 2015 e 2020.

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa utilizado foi a revisão integrativa da literatura, este tipo de estudo tem como propósito reunir e sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre determinado tema, é um dos instrumentos da Prática Baseada em Evidência (PBE), que pode ser definida como uma abordagem que visa o cuidado clínico seguro e de qualidade, integrando a busca pela melhor evidência, experiência clínica e a preferência do paciente (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008; SOUZA, SILVA; CARVALHO, 2010).

A revisão integrativa de literatura proporciona um conhecimento amplo sobre a temática de interesse, tendo em vista que, nela, é possível incluir estudos com uma variedade de propostas, além de estudos experimentais e não-experimentais. Este tipo de revisão possibilita ainda que os resultados de pesquisas estejam mais acessíveis, reduzindo alguns obstáculos da utilização do conhecimento científico e direcionando para a prática bem fundamentada (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008; SOUZA, SILVA; CARVALHO, 2010).

Para elaboração da revisão integrativa de literatura é necessário seguir seis etapas distintas (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008):

3.1 PRIMEIRA ETAPA: IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E ESTABELECIMENTO DA HIPÓTESE OU QUESTÃO DE PESQUISA PARA A ELABORAÇÃO DA REVISÃO INTEGRATIVA

Realiza-se a escolha do tema e formulação de uma hipótese ou questão de pesquisa, de forma clara e específica, é importante que este tema esteja relacionado com a prática clínica (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Definiu-se o tema as práticas de terapeutas ocupacionais junto às crianças em serviços de saúde no Brasil, buscando responder a seguinte questão norteadora: qual a produção da literatura científica brasileira de língua portuguesa acerca das práticas de terapeutas ocupacionais junto às crianças nos serviços de saúde entre os anos de 2015 e 2020?

3.2 SEGUNDA ETAPA: ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS PARA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DE ESTUDOS/AMOSTRAGEM OU BUSCA NA LITERATURA

Após estabelecer o tema e questão da pesquisa, inicia-se a busca nas bases de dados para a identificação dos estudos que serão incluídos, esse procedimento deve ser conduzido de

maneira criteriosa e transparente, sendo a internet uma ferramenta importante (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Como fonte de levantamento dos estudos, foram utilizadas as bases de dados SCIELO e LILACS, e os periódicos específicos de Terapia Ocupacional (Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo e Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional).

Foram utilizados descritores presentes no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), utilizou-se como estratégia de busca combinações dos descritores selecionados, com o operador booleano “AND”: “Terapia Ocupacional” AND Criança(s); “Terapia Ocupacional” AND Infância; “Terapia Ocupacional” AND “Desenvolvimento Infantil”. O período considerado foi de janeiro de 2015 a 20 de novembro de 2020 (últimos 5 anos), restringido ao país Brasil e à língua portuguesa. A busca foi realizada por três revisores de forma independente, os revisores são a autora, orientador e coorientadora deste trabalho.

Para inclusão dos estudos, após a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, os artigos deveriam abordar práticas de terapia ocupacional junto às crianças (0 – 12 anos) em serviços de saúde no Brasil de diferentes naturezas – ensino em serviço (nas universidades), público, privado e filantrópico. Foram consideradas as práticas junto a crianças realizadas de forma direta ou indireta, desde que a finalidade do estudo atingisse o público infantil. Os estudos deveriam contemplar de maneira total ou parcial os diferentes itens do processo de prática, tais como: acolhimento, avaliação, intervenção, e/ou problematização dos resultados alcançados; desafios postos a prática realizada. Sendo considerados ainda artigos na versão “pré-print”, desde que estivessem no intervalo de tempo aqui delimitado.

Crerios de exclusão: eliminaram-se os artigos que não abordavam as práticas de terapia ocupacional junto às crianças. Produções textuais de editoriais, resenhas e revisões de literatura também foram excluídas.

3.3 TERCEIRA ETAPA: DEFINIÇÃO DAS INFORMAÇÕES A SEREM EXTRAÍDAS DOS ESTUDOS SELECIONADOS/CATEGORIZAÇÃO DOS ESTUDOS

Consiste na definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados, tendo como objetivo organizar e sumarizar as informações de maneira concisa, em busca da formação de um banco de dados (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Para a organização destas informações chaves, utilizou-se como instrumento um roteiro, aplicado aos artigos selecionados na etapa anterior, sendo este dividido em duas partes descritas a seguir:

- Informações sobre os artigos e serviços: autores e ano de publicação; objetivo do estudo; metodologia e tipo do estudo; local; tipo e natureza do serviço; nível de atenção à saúde;
- Identificação do público e descrição das práticas realizadas: participantes; práticas realizadas (acolhimento, avaliação, abordagens, recursos, tecnologias e ferramentas utilizadas, resultados alcançados e/ou problematizados, principais desafios); principais resultados.

3.4 QUARTA ETAPA: AVALIAÇÃO DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NA REVISÃO INTEGRATIVA

Realiza-se a análise dos estudos selecionados, de forma crítica, detalhada e imparcial, buscando explicações para as variações nos resultados encontrados (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Com o intuito de avaliar minuciosamente os artigos selecionados, nesta etapa foi realizada a leitura dos textos incluídos, na íntegra e de forma crítica, considerando os aspectos metodológicos, os resultados encontrados e as suas diferenças e semelhanças.

3.5 QUINTA ETAPA: INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Esta etapa corresponde à fase de discussão dos principais resultados, pode haver propostas de recomendações a partir da identificação de lacunas e sugestões para futuras pesquisas (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Foi realizada uma discussão a partir dos resultados encontrados com a pesquisa, observando se há lacunas e propondo sugestões a partir destes achados.

3.6 SEXTA ETAPA: APRESENTAÇÃO DA REVISÃO/ SÍNTESE DO CONHECIMENTO

Consiste no resumo das evidências disponíveis e criação de um documento que descreve detalhadamente a revisão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Realizou-se a construção de uma síntese, que foi apresentada a partir das evidências disponíveis, para a conclusão desta revisão integrativa.

ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados ocorreu por meio da análise de conteúdo temática proposta por Braun e Clarke (2006), obedeceu-se às seguintes fases estabelecidas pelas autoras: I. Familiarização com os dados; II. Geração de códigos iniciais; III. Busca de temas; IV. Revisão de temas; V. Definição e nomeação de temas; VI. Produção do relatório (BRAUN; CLARKE, 2006). A partir desse processo, foram construídas três categorias para discussão: 1) Práticas realizadas em serviços de Atenção Primária ou territoriais; 2) Práticas realizadas em serviços de Atenção Secundária; e 3) Práticas realizadas em serviços de Atenção Terciária. Em cada uma das categorias foram discutidas as avaliações e intervenções utilizadas.

4 RESULTADOS

Obteve-se uma amostra inicial de 364 artigos. Estes, passaram para o processo de triagem e foram excluídos 163 artigos em duplicidade; em seguida, realizou-se a leitura dos títulos de 201 artigos, que resultou na exclusão de 84 artigos; posteriormente, realizou-se a leitura do resumo e palavras-chave de 117 artigos, que resultou na exclusão de 61 artigos. Foram então elegidos 56 artigos para leitura dos textos completos, destes, 12 foram excluídos. Incluiu-se para a amostra final 44 artigos. O processo de seleção dos artigos é apresentado em um fluxograma na Figura 01.

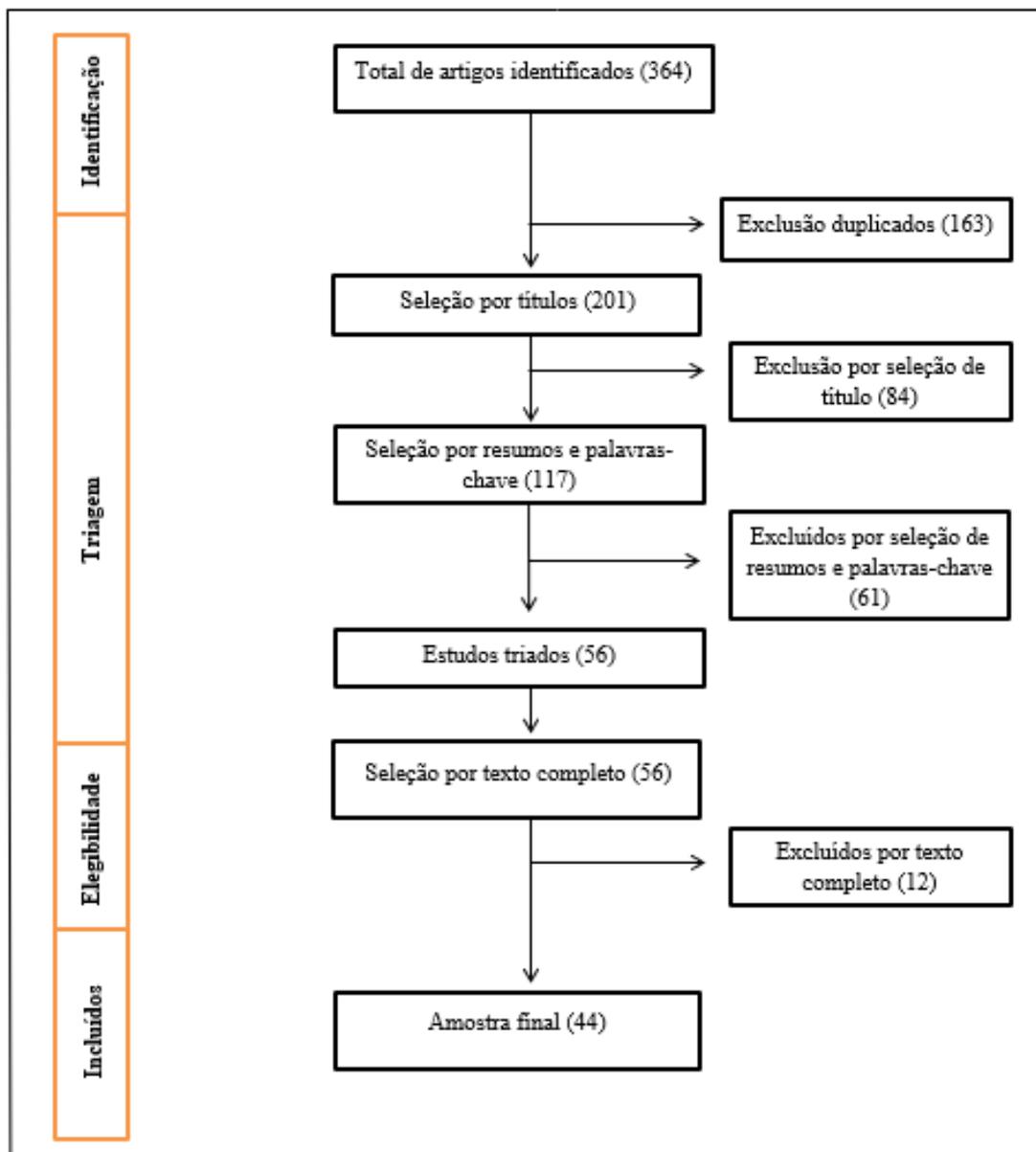


Figura 01: Fluxograma do processo de seleção dos artigos da Revisão Integrativa. Lagarto/SE, 2021.

As informações sobre os artigos, tais como autores e ano, objetivo do estudo, metodologia e tipo de estudo, e as informações sobre os serviços como local, tipo e natureza dos serviços e nível de atenção à saúde, estão descritas no **Quadro 1**, disponível na página 14.

Os artigos foram realizados por 167 autores, alguns destes autores se encontravam em mais de um artigo, vale ainda salientar que nem todos são terapeutas ocupacionais, visto que, foram incluídas também, práticas interdisciplinares.

No que se refere ao período de tempo delimitado neste estudo, encontrou-se artigos em todos os anos, sendo 8 artigos no ano de 2015 (Maronesi et al. (2015), Nunes e Emmel (2015), Silva e Silvestrini (2015), Santos e Ferreira (2015), Fonseca et al. (2015), Tszesnioski et al. (2015), Ruas et al. (2015) e Rodrigues, Marcelino e Nóbrega (2015)); 2 no ano de 2016 (Leal et al. (2016) e Buffone, Eickmann e Lima (2016)); 7 no ano de 2017 (Manzini et al. (2017), Souza, Figueiredo e Silva (2017), Campos et al. (2017), Paixão et al. (2017), Azevedo e Della Barba (2017), Della Barba et al. (2017) e Silva e Almeida (2017)); 9 no ano de 2018 (Joaquim, Silva e Lourenço (2018), Fernandes, Santos e Morato (2018), Reis et al. (2018), Silva e Pelosi (2018), Fonseca e Guarany (2018), Peruzzolo, Barbosa e Souza (2018), Beltrame, Moraes e Souza (2018) e Jacob, Maia e Mitre (2018), Araujo et al. (2018)); 11 no ano de 2019 (Manzini et al. (2019), Silva et al. (2019), Fernandes et al. (2019), Borba et al. (2019), Fonseca, Frazão e Girard (2019), Simonato, Mitre e Galheigo (2019), Albuquerque et al. (2019), Brandão et al. (2019), Campos, Garcia e Pfeifer (2019), Silva et al. (2019) e Monteiro et al. (2019)) e 7 no ano de 2020 (Valverde et al. (2020), Lino et al. (2020), Mendes et al. (2020), Sousa, Oliveira e Almohalha (2020), Silva, Riccioppo e Almohalha (2020), Souza (2020) e Rodrigues e Albuquerque (2020)). Portanto, considera-se o ano de 2016 com a menor quantidade de publicações sobre esta temática (4,54%), enquanto o ano de 2019 com a maior quantidade (11%).

No que diz respeito a metodologia dos estudos, mesclaram-se três tipos, 59,09% (26) qualitativos (Lino et al. (2020), Simonato, Mitre e Galheigo (2019), Silva et al. (2019), Fernandes et al. (2019), Araujo et al. (2018), Peruzzolo, Barbosa e Souza (2018), Tszesnioski et al. (2015), Manzini et al. (2017), Souza, Figueiredo e Silva (2017), Paixão et al. (2017), Ruas et al. (2015), Rodrigues, Marcelino e Nóbrega (2015), Santos e Ferreira (2015), Fonseca et al. (2015), Della Barba et al. (2017), Campos, Garcia e Pfeifer (2019), Fernandes, Santos e Morato (2018), Silva e Silvestrini (2015), Rodrigues e Albuquerque (2020), Silva et al. (2019), Monteiro et al. (2019), Borba et al. (2019), Silva, Riccioppo e Almohalha (2020), Souza (2020), Reis et al. (2018) e Jacob, Maia e Mitre (2018)); 29,54% (13) foram estudos quantitativos (Valverde et al. (2020), Albuquerque et al. (2019), Brandão et al. (2019), Leal et al. (2016),

Maronesi et al. (2015), Buffone, Eickmann e Lima (2016), Joaquim, Silva e Lourenço (2018), Azevedo e Della Barba (2017), Nunes e Emmel (2015), Beltrame, Moraes e Souza (2018), Mendes et al. (2020), Sousa, Oliveira e Almohalha (2020) e Fonseca e Guarany (2018)); e, 11,36% (5) quanti-qualitativos (Manzini et al. (2019), Campos et al. (2017), Fonseca, Frazão e Girard (2019), Silva e Pelosi (2018) e Silva e Almeida (2017)), incluindo-se estudos observacionais, experimentais, exploratórios, descritivos, transversais, longitudinais, etnográficos, de coorte, relatos de caso, relatos de experiência, entre outros.

Em relação aos locais de realização das práticas, encontrou-se 17 artigos em São Paulo (Lino et al. (2020), Manzini et al. (2019), Fernandes et al. (2019), Manzini et al. (2017), Campos et al. (2017), Paixão et al. (2017), Ruas et al. (2015), Maronesi et al. (2015), Della Barba et al. (2017), Joaquim, Silva e Lourenço (2018), Azevedo e Della Barba (2017), Campos, Garcia e Pfeifer (2019), Fernandes, Santos e Morato (2018), Nunes e Emmel (2015), Silva e Silvestrini (2015), Silva et al. (2019) e Monteiro et al. (2019)); 7 em Pernambuco (Albuquerque et al. (2019), Silva et al. (2019), Tszesnioski et al. (2015), Rodrigues, Marcelino e Nóbrega (2015), Buffone, Eickmann e Lima (2016), Borba et al. (2019) e Reis et al. (2018)); 6 em Minas Gerais (Valverde et al. (2020), Brandão et al. (2019), Fonseca et al. (2015), Mendes et al. (2020), Sousa, Oliveira e Almohalha (2020) e Silva, Riccioppo e Almohalha (2020)); 4 no Pará (Leal et al. (2016), Santos e Ferreira (2015), Fonseca, Frazão e Girard (2019) e Souza (2020)); 3 no Rio Grande do Sul (Peruzzolo, Barbosa e Souza (2018), Beltrame, Moraes e Souza (2018) e Fonseca e Guarany (2018)); 3 no Rio de Janeiro (Simonato, Mitre e Galheigo (2019), Silva e Pelosi (2018) e Jacob, Maia e Mitre (2018)); 2 no Paraná (Araujo et al. (2018) e Silva e Almeida (2017)); 1 no Ceará (Rodrigues e Albuquerque (2020)); e, 1 na Paraíba (Souza, Figueiredo e Silva (2017)). Observa-se, então, a existência de uma maior concentração de publicações na região Sudeste (59,09%), seguido da região Nordeste (20,45%), região Sul (11,36%) e região Norte (9,09%), não foram encontrados estudos na região Centro-Oeste a partir dos critérios deste trabalho.

No que tange ao tipo de serviço, 24 estudos se encontravam no contexto ambulatorial (Valverde et al. (2020), Silva et al. (2019), Fernandes et al. (2019), Souza, Figueiredo e Silva (2017), Campos et al. (2017), Paixão et al. (2017), Leal et al. (2016), Maronesi et al. (2015), Santos e Ferreira (2015), Buffone, Eickmann e Lima (2016), Joaquim, Silva e Lourenço (2018), Fernandes, Santos e Morato (2018), Nunes e Emmel (2015), Silva e Silvestrini (2015), Borba et al. (2019), Mendes et al. (2020), Fonseca, Frazão e Girard (2019), Sousa, Oliveira e Almohalha (2020), Silva, Riccioppo e Almohalha (2020), Souza (2020), Reis et al. (2018), Silva e Pelosi (2018), Fonseca e Guarany (2018), Silva e Almeida (2017)); 13 estudos no

contexto hospitalar (Simonato, Mitre e Galheigo (2019), Albuquerque et al. (2019), Brandão et al. (2019), Peruzzolo, Barbosa e Souza (2018), Santos e Ferreira (2015), Fonseca et al. (2015), Campos, Garcia e Pfeifer (2019), Beltrame, Moraes e Souza (2018), Rodrigues e Albuquerque (2020), Silva et al. (2019), Monteiro et al. (2019), Reis et al. (2018) e Jacob, Maia e Mitre (2018)); 3 foram realizados em Unidades de Saúde da Família (USF) (Araujo et al. (2018), Tszesnioski et al. (2015) e Della Barba et al. (2017)); 1 em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) (Ruas et al. (2015)); 2 apenas no contexto domiciliar (Lino et al. (2020) e Rodrigues, Marcelino e Nóbrega (2015)); e, 3 variando entre mais de um serviço, sendo domiciliar, escolar e clínico (Azevedo e Della Barba (2017), Manzini et al. (2017) e Manzini et al. (2019)).

Quanto a natureza do serviço, foi possível observar que a maioria dos estudos (39) foram realizados em serviços públicos (Valverde et al. (2020), Lino et al. (2020), Manzini et al. (2019), Silva et al. (2019), Fernandes et al. (2019), Manzini et al. (2017), Souza, Figueiredo e Silva (2017), Paixão et al. (2017), Leal et al. (2016), Buffone, Eickmann e Lima (2016), Joaquim, Silva e Lourenço (2018), Azevedo e Della Barba (2017), Fernandes, Santos e Morato (2018), Nunes e Emmel (2015), Silva e Silvestrini (2015), Borba et al. (2019), Mendes et al. (2020), Sousa, Oliveira e Almohalha (2020), Silva, Riccioppo e Almohalha (2020), Souza (2020), Reis et al. (2018), Silva e Pelosi (2018), Fonseca e Guarany (2018) e Silva e Almeida (2018), Simonato, Mitre e Galheigo (2019), Albuquerque et al. (2019), Brandão et al. (2019), Peruzzolo, Barbosa e Souza (2018), Santos e Ferreira (2015), Fonseca et al. (2015), Campos, Garcia e Pfeifer (2019), Beltrame, Moraes e Souza (2018), Rodrigues e Albuquerque (2020), Silva et al. (2019), Monteiro et al. (2019), Reis et al. (2018) e Jacob, Maia e Mitre (2018), Araujo et al. (2018), Tszesnioski et al. (2015), Ruas et al. (2015), Rodrigues, Marcelino e Nóbrega (2015) e de Della Barba et al. (2017)), apenas 1 estudo foi realizado em um serviço privado (Fonseca, Frazão e Girard (2019)) e 1 em serviço filantrópico (Santos e Ferreira (2015)), em 2 estudos esta informação não estava disponível (Maronesi et al. (2015), Campos et al. (2017)). Dentre estes 41 estudos identificados, 73,17% (30) foram estudos ligados à universidade.

Sobre o nível de atenção à saúde, a maior concentração de estudos (59,09%) estava na Atenção Secundária, com 26 artigos (Valverde et al. (2020), Lino et al. (2020), Manzini et al. (2019), Silva et al. (2019), Fernandes et al. (2019), Manzini et al. (2017), Souza, Figueiredo e Silva (2017), Campos et al. (2017), Paixão et al. (2017), Leal et al. (2016), Maronesi et al. (2015), Santos e Ferreira (2015), Buffone, Eickmann e Lima (2016), Joaquim, Silva e Lourenço (2018), Azevedo e Della Barba (2017), Fernandes, Santos e Morato (2018), Nunes e Emmel (2015), Silva e Silvestrini (2015), Borba et al. (2019), Mendes et al. (2020), Fonseca, Frazão e

Girard (2019), Sousa, Oliveira e Almohalha (2020), Silva, Riccioppo e Almohalha (2020), Souza (2020), Reis et al. (2018), Silva e Pelosi (2018), Fonseca e Guarany (2018) e Silva e Almeida (2018)); seguido da Atenção Terciária (25%) com 11 artigos (Simonato, Mitre e Galheigo (2019), Albuquerque et al. (2019), Brandão et al. (2019), Peruzzolo, Barbosa e Souza (2018), Santos e Ferreira (2015), Fonseca et al. (2015), Campos, Garcia e Pfeifer (2019), Beltrame, Moraes e Souza (2018), Rodrigues e Albuquerque (2020), Silva et al. (2019), Monteiro et al. (2019), Reis et al. (2018) e Jacob, Maia e Mitre (2018)); e, por fim, a Atenção Primária (11,36%) onde foram realizados somente 5 artigos (Araujo et al. (2018), Tszesnioski et al. (2015), Ruas et al. (2015), Rodrigues, Marcelino e Nóbrega (2015) e de Della Barba et al. (2017)) encontrou-se ainda 2 artigos que contemplam mais de um nível de atenção.

Quadro 1: Apresentação da síntese dos artigos incluídos na Revisão Integrativa: Autores e ano, objetivo do estudo, metodologia e tipo de estudo, local, tipo e natureza do serviço e nível de atenção à saúde. Lagarto/SE, 2021.

Nº	AUTOR (ANO)	OBJETIVO DO ESTUDO	METODOLOGIA E TIPO DE ESTUDO	LOCAL	TIPO E NATUREZA DO SERVIÇO	NÍVEL DE ATENÇÃO À SAÚDE
1.	Valverde et al. (2020)	Analisar a eficácia de dois protocolos de terapia ocupacional no desempenho ocupacional e na participação de crianças com Transtorno do Desenvolvimento da Coordenação (TDC).	Quantitativo – Descritivo. Ensaio clínico randomizado.	Minas Gerais	Ambulatorial – Público	Secundário
2.	Lino et al. (2020)	Investigar e avaliar o processo de implementação de recursos de Tecnologia Assistiva (TA) para atividade de alimentação junto a uma criança com Paralisia Cerebral (PC).	Qualitativo - Experimental de delineamento de sujeito único.	São Paulo	Domiciliar - Público/Ensino em serviço	Secundário
3.	Manzini et al. (2019)	Verificar os efeitos de um programa individualizado de Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA) para uma criança com PC não verbal em três contextos da vida cotidiana: escola, casa e ambientes clínicos.	Quali-quantitativo - Experimental de delineamento de múltiplas sondagens.	São Paulo	Domiciliar, escolar e clínico - Público/Ensino em serviço	Secundário
4.	Simonato, Mitre e Galheigo (2019)	Refletir sobre o cotidiano de crianças com Condições Crônicas e Complexas (CCC) que passam longos períodos hospitalizadas na fase inicial da vida.	Qualitativo – Etnografia	Rio de Janeiro	Hospitalar - Público/Hospital Universitário	Terciário
5.	Albuquerque et al. (2019)	Caracterizar a preferência visual de cores em recém-nascidos a termo nas primeiras 48 horas de vida.	Quantitativo - Transversal	Pernambuco	Hospitalar - Público	Terciário
6.	Silva et al. (2019)	Apresentar uma atividade do contexto cultural como recurso na reabilitação de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV) na cidade do Recife/PE.	Qualitativo - Relato de experiência	Pernambuco	Ambulatorial - Público/Ensino em serviço	Secundário
7.	Fernandes et al. (2019)	Identificar as principais demandas relacionadas ao desenvolvimento emocional e à saúde mental infantil junto a atores do contexto escolar e descrever as possibilidades de intervenções de terapia ocupacional nas práticas intersetoriais em saúde mental com enfoque na promoção e prevenção.	Qualitativo - Relato de experiência	São Paulo	Ambulatorial - Público/Ensino em serviço	Secundário
8.	Brandão et al. (2019)	Avaliar a funcionalidade visual e global de uma coorte de crianças com toxoplasmose congênita e lesão ocular através da aplicação dos instrumentos Inventário de Avaliação Pediátrica de Incapacidade (PEDI) e Avaliação da Visão Funcional (AVIF-2 a 6 anos) e comparar seus resultados com os níveis de acuidade visual.	Quantitativo - Observacional, transversal - parte de uma pesquisa sobre avaliação da qualidade de vida de uma coorte de 190 crianças com	Minas Gerais	Hospitalar - Hospital Universitário/Ensino em serviço	Terciário

			toxoplasmose congênita			
9.	Araujo et al. (2018)	Caracterizar o Desenvolvimento Neuropsicomotor (DNPM) de crianças até três anos participantes do PLC a partir da abordagem contextual por meio da Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), no contexto do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), e relacionar com aspectos individuais, familiares, socioeconômicos e estimulação da criança nos diferentes ambientes.	Qualitativo - Descritivo e exploratório, com delineamento transversal	Paraná	USF/NASF-AB - Público/Ensino em serviço	Primário
10.	Peruzzolo, Barbosa e Souza (2018)	Apresentar um estudo no formato de estudo de caso clínico, cujo tratamento foi pautado por uma Hipótese de Funcionamento Psicomotor (HFP).	Qualitativo - longitudinal, clínico, quase experimental, de estudo de caso único.	Rio Grande do Sul	Hospitalar - Hospital Universitário/Ensino em serviço	Terciário
11.	Tszesniosk et al. (2015)	Descrever a rede de cuidados de crianças em sofrimento psíquico e desenvolver intervenções no território, apontando mudanças ocorridas a partir dessas ações.	Qualitativo - Descritivo baseado no desenho da pesquisa-ação.	Pernambuco	USF/domicílio e escola - Público/Ensino em serviço	Primário
12.	Manzini et al. (2017)	Descrever o processo de formação de interlocutores de uma criança com PC para o uso da comunicação alternativa.	Qualitativo – descritivo	São Paulo	Domiciliar, escolar e clínico - Público	Secundário
13.	Souza, Figueiredo e Silva (2017)	Investigar a percepção dos pais sobre o brincar no cotidiano de crianças com deficiência física.	Qualitativo - exploratório	Paraíba	Ambulatorial - Público/Ensino em serviço	Secundário
14.	Campos et al. (2017)	Avaliar os resultados de uma intervenção para uma criança com atraso no desenvolvimento do esquema corporal, da orientação espacial e da orientação temporal.	Quali-quantitativo - quase-experimental do tipo pré e pós-teste.	São Paulo	Ambulatorial - (informação não consta)	Secundário
15.	Paixão et al. (2017)	Elaborar um programa de intervenção para uma criança com PC com atraso nas habilidades de integração viso-motora e analisar o impacto deste programa no desenvolvimento de tais habilidades.	Qualitativo - estudo de caso	São Paulo	Ambulatorial - Público	Secundário
16.	Leal et al. (2016)	Avaliar o desenvolvimento motor de crianças portadoras de cardiopatias congênitas, em cuidados ambulatoriais e verificar a relação entre o desenvolvimento de habilidades motoras e a presença de cardiopatia congênita.	Quantitativo - Transversal	Pará	Ambulatorial - Público/Ensino em serviço	Secundário
17.	Ruas et al. (2015)	Apresentar uma experiência de estagiários do quarto ano de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina do ABC.	Qualitativo - Relato de experiência	São Paulo	UBS - Público/Ensino em serviço	Primário
18.	Maronesi et al. (2015)	Elaborar um plano de intervenção dirigida e avaliar seu impacto em uma criança com atraso no desenvolvimento da coordenação motora global, motora fina e equilíbrio.	Quantitativo - quase-experimental do tipo pré e pós-teste	São Paulo	Ambulatorial - (informação não consta)	Secundário

19.	Rodrigues, Marcelino e Nóbrega (2015)	Relatar os efeitos das intervenções, utilizando o recurso da TA, com uma criança com doença degenerativa do sistema nervoso central, em seu domicílio.	Qualitativo - descritivo, estudo de caso	Pernambuco	Domiciliar - em serviço	Primário
20.	Santos e Ferreira (2015)	Relatar a atuação terapêutica ocupacional na minimização de comprometimentos no desempenho ocupacional de duas crianças ribeirinhas vítimas de escarpelamento por eixo de motor de barco desprotegido.	Qualitativo - Estudo de caso	Pará	Hospitalar ambulatorial - Filantrópico	Secundário e terciário
21.	Fonseca et al. (2015)	Descrever o resultado terapêutico obtido pela intervenção de equipe multidisciplinar na criança com desnutrição e atraso no DNPM, internada em enfermaria de hospital público infantil.	Qualitativo - Relato de caso	Minas Gerais	Hospitalar Público/Ensino em serviço	Terciário
22.	Della Barba et al. (2017)	Descrever as observações e as reflexões de alunas do curso de Terapia Ocupacional após capacitações de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e famílias usuárias de USF.	Qualitativo - descritivo, relato de experiência	São Paulo	USF - Público/Ensino em serviço	Primário
23.	Buffone, Eickmann e Lima (2016)	Avaliar a associação entre a prematuridade e o processamento sensorial de lactentes, e a relação entre o processamento sensorial e o desenvolvimento cognitivo dessa população.	Quantitativo - transversal	Pernambuco	Ambulatorial - Público	Secundário
24.	Joaquim, Silva e Lourenço (2018)	Avaliar um programa de intervenção em terapia ocupacional para estimulação de uma criança com atraso no desenvolvimento infantil, tendo como foco a utilização de brincadeiras simbólicas e de imitação.	Quantitativo - quase-experimental com um delineamento A-B com pré e pós-teste	São Paulo	Ambulatorial - Público/Ensino em serviço	Secundário
25.	Azevedo e Della Barba (2017)	Avaliar a frequência da estimulação e apoio oferecidos à criança no ambiente familiar, baseado na perspectiva dos pais.	Quantitativo - tabulados e analisados por estatística descritiva	São Paulo	Domiciliar, escolar e clínico - Público	Secundário
26.	Campos, Garcia e Pfeifer (2019)	Compreender os comportamentos e vivências de crianças submetidas ao tratamento quimioterápico por meio do brincar de faz de conta e como estas informações podem contribuir com uma intervenção mais humanizada às crianças em contexto hospitalar.	Qualitativo - estudo de casos múltiplos	São Paulo	Hospitalar - Hospital Universitário/Ensino em serviço	Terciário
27.	Fernandes, Santos e Morato (2018)	Descrever e analisar o processo de intervenção da Terapia Ocupacional e identificar os recursos e/ou abordagens utilizadas no atendimento a uma criança com diagnóstico de Transtorno de Espectro Autista (TEA) e sua família, à luz da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH).	Qualitativo - estudo de caso, inserção ecológica	São Paulo	Ambulatorial - Público/Ensino em serviço	Secundário
28.	Nunes e Emmel (2015)	Descrever como crianças de classe popular usam seu tempo em atividades cotidianas.	Quantitativo - estudo transversal, descritivo, com amostragem não	São Paulo	Ambulatorial - Público/Ensino em serviço	Secundário

			probabilística por conveniência			
29.	Silva e Silvestrini (2015)	Apresentar os resultados relevantes de uma pesquisa que objetivou a análise crítica-reflexiva de variáveis durante a aplicação de provas operatórias de conservação, seriação, classificação e função simbólica em crianças nas fases pré-operatória, operatória e operatória concreta.	Qualitativo	São Paulo	Ambulatorial - Público/Ensino em serviço	Secundário
30.	Beltrame, Moraes e Souza (2018)	Analisar a correlação entre perfil sensorial do bebê, idade gestacional e risco psíquico e seus efeitos na avaliação motora e de linguagem.	Quantitativo – Coorte	Rio Grande do Sul	Hospitalar - Hospital Universitário/Ensino em serviço	Terciário
31.	Rodrigues e Albuquerque (2020)	Conhecer o comportamento lúdico de crianças em situação de internação prolongada, assim como verificar a percepção dos cuidadores em relação ao envolvimento dessas crianças em atividades lúdicas.	Qualitativo - estudo de campo	Ceará	Hospitalar - Público/Ensino em serviço	Terciário
32.	Silva et al. (2019)	Conhecer a percepção da criança sobre o isolamento hospitalar.	Qualitativo - exploratório e prospectivo, fotovoz	São Paulo	Hospitalar - Público/Ensino em serviço	Terciário
33.	Monteiro et al. (2019)	Estudar as percepções de crianças com Insuficiência Renal Crônica (IRC) em terapia renal substitutiva sobre seu cotidiano, os impactos no desempenho de suas atividades diárias e o modo como enfrentam as condições impostas por seu tratamento.	Qualitativo - prospectivo, exploratório, descritivo e reflexivo	São Paulo	Hospitalar - Hospital Universitário	Terciário
34.	Borba et al. (2019)	Descrever as ações terapêuticas ocupacionais no grupo de vivências sensorio-motoras, destinado a crianças com microcefalia por SCZV e a experiência de uma estagiária de Terapia Ocupacional como parte da equipe de condução do grupo e a influência da prática na construção de sua formação profissional.	Qualitativo - relato de experiência, descritivo	Pernambuco	Ambulatorial - Público/Ensino em serviço	Secundário
35.	Mendes et al. (2020)	Avaliar o desenvolvimento motor amplo de bebês de risco que frequentavam um ambulatório de pediatria de um Hospital Universitário da região do Triângulo Mineiro por meio da aplicação da Alberta Infant Motor Scale (AIMS).	Quantitativo - estudo de campo, observacional e descritivo	Minas Gerais	Ambulatorial - Público/Ensino em serviço	Secundário
36.	Fonseca, Frazão e Girard (2019)	Analisar a intervenção da Terapia Ocupacional em um grupo de crianças com faixa etária de 7 a 10 anos, que apresentam transtorno do neurodesenvolvimento, com dificuldades nas habilidades de interação social.	Quali-quantitativo - Bibliográfico e de campo, descritivo, comparativo	Pará	Ambulatorial - Privado/Ensino em serviço	Secundário

37.	Sousa, Oliveira e Almohalha (2020)	Descrever, a partir da ótica materna, o perfil sensorial de crianças de 7 a 10 anos de idade diagnosticadas com distúrbio de aprendizagem.	Quantitativo - exploratório, de campo	Minas Gerais	Ambulatorial - Público/Ensino em serviço	Secundário
38.	Silva, Riccioppo e Almohalha (2020)	Investigar os hábitos e promover a reeducação alimentar de crianças de 7 a 11 anos por meio do brincar através de um jogo de tabuleiro.	Qualitativo - descritivo exploratório	Minas Gerais	Ambulatorial - Público	Secundário
39.	Souza (2020)	Descrever a intervenção terapêutica ocupacional no Telemonitoramento de duas crianças com TEA, com 4 e 8 anos, durante o período de isolamento social na Pandemia do novo Coronavírus- Covid-19.	Qualitativo - Relato de intervenção	Pará	Ambulatorial/Telemonitoramento - Público/ Ensino em serviço	Secundário
40.	Reis et al. (2018)	Apresentar a experiência de atendimento a bebês diagnosticados com a SCZV, durante estágio curricular de Terapia Ocupacional.	Qualitativo - Estudo de caso para ensino	Pernambuco	Hospitalar/Ambulatorial - Hospital Universitário/Ensino em serviço	Secundário e Terciário
41.	Silva e Pelosi (2018)	Verificar a evolução do comportamento lúdico de uma criança com síndrome de Down, de 2 anos e 5 meses, que recebeu atendimento terapêutico ocupacional em grupo, por 18 meses, e a percepção de sua família sobre o comportamento lúdico.	Quali-quantitativo - estudo de caso	Rio de Janeiro	Ambulatorial - Hospital Universitário/Ensino em serviço	Secundário
42.	Jacob, Maia e Mitre (2018)	Refletir sobre o uso da TA enquanto recurso terapêutico ocupacional no ambiente hospitalar.	Qualitativo - Relato de intervenção	Rio de Janeiro	Hospitalar - Público	Terciário
43.	Fonseca e Guarany (2018)	Avaliar os benefícios da Terapia de Contenção Induzida (TCI) na reabilitação funcional de duas crianças com paralisia cerebral hemiplégica, e identificar as atividades do desempenho ocupacional que apresentaram melhora após a intervenção.	Quantitativo - quase experimental, do tipo antes e depois, não cego e não randomizado.	Rio Grande do Sul	Ambulatorial - Ensino em serviço	Secundário
44.	Silva e Almeida (2017)	Avaliar o efeito do uso de órtese abduzora de polegar em Neoprene com faixa para supinação em uma criança com Encefalopatia Crônica não progressiva do tipo espástica associado à intervenção da Terapia Ocupacional.	Quali-quantitativo - estudo de caso, observacional	Paraná	Ambulatorial - Público	Secundário

Fonte: Autoria própria, 2021.

O **Quadro 02** traz informações acerca dos participantes, das práticas realizadas e dos principais resultados e está disponível no Apêndice ¹.

Foi possível identificar artigos realizados com participantes dentro de todas as faixas etárias, de acordo com o critério de inclusão estabelecidos (0-12 anos), ou seja, observou-se enquanto participantes: recém-nascidos, lactentes, pré-escolares e crianças, além de pais, cuidadores e equipe escolar, incluídos aqui por considerarmos práticas realizadas de forma indireta, desde que a finalidade do estudo atingisse o público infantil.

No que diz respeito às práticas realizadas, observou-se artigos que traziam todo o processo de prática, ou apenas um dos itens, como acolhimento, avaliação, intervenção, problematização dos resultados alcançados e/ou desafios postos à prática. Neles, estão descritos ainda os instrumentos e recursos utilizados, e, em resumo, a forma como essa prática sucedeu.

Quanto aos principais resultados, estes fornecem, a partir de síntese, um parâmetro geral sobre os principais efeitos e desfechos que as práticas terapêuticas ocupacionais possibilitaram, de forma direta ou indireta, à população infantil.

¹ Para não exceder o número de páginas exigido neste trabalho de conclusão de curso, o Quadro 2 estará disponível no Apêndice (página 34). Dessa forma, antes de iniciar a leitura da discussão seria pertinente observar os dados descritos no Quadro 2.

5 DISCUSSÃO

Os resultados indicam que as práticas de Terapia Ocupacional junto ao público infantil (0-12 anos) foram desenvolvidas nos diferentes níveis de atenção à saúde (primário, secundário e terciário) por meio de serviços públicos, privados, filantrópicos e ligados às universidades públicas e privadas. Dessa forma, a partir da análise dos dados da revisão integrativa, é apresentada a discussão das seguintes categorias temáticas: 1) Práticas realizadas em serviços de Atenção Primária ou territoriais; 2) Práticas realizadas em serviços de Atenção Secundária; e 3) Práticas realizadas em serviços de Atenção Terciária. A discussão está estruturada, principalmente, a partir da descrição de como foram realizadas as avaliações e intervenções em cada nível de atenção.

É importante ressaltar que, em todos os três níveis de atenção, houveram trabalhos que não restringiram à prática diretamente com as crianças, muitos deles incluindo ou realizando práticas com familiares, cuidadores, escola e/ou equipes de saúde, de forma que a finalidade do estudo atingisse o público infantil.

5.1 PRÁTICAS REALIZADAS EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA OU TERRITORIAIS

Dentre os estudos incluídos nesta revisão, cinco apresentaram práticas na Atenção Primária (Araujo et al. (2018), Tszesnioski et al. (2015), Ruas et al. (2015), Rodrigues, Marcelino e Nóbrega (2015) e de Della Barba et al. (2017) e destacaram os seguintes itens do processo de prática: *avaliações*, realizadas por meio de instrumentos como teste Denver II, questionário de oportunidades no ambiente domiciliar para o desenvolvimento infantil, ecomapa, e a Classificação Internacional de Funcionalidade - Crianças e Jovens (CIF-CJ), esta última enquanto uma ferramenta de classificação para eleição de instrumentos de avaliação em seus domínios; utilizou-se ainda de entrevistas, questionários e diários de campo, para contribuir no processo avaliativo; e, *as intervenções*, que objetivaram o fortalecimento de vínculos e da rede, articulação de serviços, desenvolvimento de serviços e continuidade do cuidado, confecção e adaptação de dispositivos de tecnologia assistiva, capacitação e orientações.

A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de assistência em saúde e apresenta atributos essenciais e derivados que qualificam as suas ações, sendo os essenciais a: atenção no primeiro contato, longitudinalidade, integralidade e coordenação da atenção; e os

derivados a: centralização na família, competência cultural e orientação para a comunidade (STARFIELD, 2002). No contexto da infância, estes atributos podem ser avaliados a partir do Instrumento de Avaliação da Atenção Primária (PCATool-Brasil versão criança), sendo este, o principal instrumento utilizado para a avaliação da assistência à saúde da criança na APS no Brasil, como indica o estudo de revisão de Silva, Fernandes e Alves (2020), que ainda apontou que a qualidade desta assistência na APS sofre limitações e segue em busca da superação dos desafios para garantia da atenção integral na saúde da criança.

Nesse sentido, observou-se nos trabalhos deste nível de atenção, que os instrumentos trazidos para as avaliações e as intervenções realizadas preconizam uma aproximação com o território dos usuários e a sua família, o conhecimento da rede, a continuidade do cuidado, além de constante orientação. Tais características revelam que as práticas realizadas pelos terapeutas ocupacionais com crianças, estão em consonância com os atributos da APS. Esse resultado corrobora com o estudo de Silva e Oliver (2020), realizado com terapeutas ocupacionais que trabalham na APS, identificando que os profissionais trabalham com todos os ciclos de vida, e que as práticas dos terapeutas ocupacionais fazem interface com os atributos essenciais e derivados deste nível de atenção. O que constata a realização de práticas contextualizadas por estes profissionais na APS, justificando a sua inserção.

5.2 PRÁTICAS REALIZADAS EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA

Os seguintes estudos descreveram práticas de terapia ocupacional na Atenção Secundária: Valverde et al. (2020), Lino et al. (2020), Manzini et al. (2019), Silva et al. (2019), Fernandes et al. (2019), Manzini et al. (2017), Souza, Figueiredo e Silva (2017), Campos et al. (2017), Paixão et al. (2017), Leal et al. (2016), Maronesi et al. (2015), Santos e Ferreira (2015), Buffone, Eickmann e Lima (2016), Joaquim, Silva e Lourenço (2018), Azevedo e Della Barba (2017), Fernandes, Santos e Morato (2018), Nunes e Emmel (2015), Silva e Silvestrini (2015), Borba et al. (2019), Mendes et al. (2020), Fonseca, Frazão e Girard (2019), Sousa, Oliveira e Almohalha (2020), Silva, Riccioppo e Almohalha (2020), Souza (2020), Reis et al. (2018), Silva e Pelosi (2018), Fonseca e Guarany (2018) e Silva e Almeida (2018).

Neste nível de atenção, destaca-se o item de *avaliação*, realizada por meio dos instrumentos Developmental Coordination Disorder Questionnaire, versão brasileira (DCDQ-Brasil), Movement Assessment Battery for Children – Second Edition (MABC-2), Sistema de Classificação da Função Motora Grossa Ampliado e Revisto (GMFCS E & R), Sistema de Classificação de Habilidade Manual para Crianças com Paralisia Cerebral (MACS), Inventário

de Avaliação Pediátrica de Incapacidade (PEDI), Beery-Buktenica Developmental Test of Visual-Motor Integration (Beery-VMI) e os seus dois testes suplementares padronizados, o teste de percepção visual e o de coordenação motora, Escala de Desenvolvimento Motor (EDM), Test of Sensory Functions in Infants (TSFI), a Bayley Scales of Infant and Toddler Development III, Inventário Portage Operacionalizado: intervenção com famílias, Inventário EC-Home (Early Childhood – The Home Observation), Ficha de registro da Alberta Infant Motor Scale (AIMS), Perfil Sensorial de Dunn, Avaliação do Comportamento Lúdico, Entrevista Inicial com os Pais e o Physician Rating Scale (PRS) para membros superiores, com auxílio do Goniômetro.

Inclui-se ainda, instrumentos elaborados pelos próprios pesquisadores, instrumentos para caracterização dos participantes, entrevistas, questionários, consulta aos prontuários, resumos de alta, caderneta da criança e observação clínica, que ajudaram a compor a avaliação.

No item de *intervenção*, destacam-se intervenções para confecção e implementação de recursos de Tecnologia Assistiva, atividades culturais, mapeamento de demandas relacionadas à saúde mental infantojuvenil e desenvolvimento das ações neste âmbito, atividades para coordenação motora, treino de habilidades para as Atividades de Vida Diária (AVD), brincadeiras simbólicas e de imitação, brincadeira de roda e lúdicas, aplicação das provas operatórias, oficinas de brinquedos, atividades envolvendo passeios externos, técnicas de relaxamento, elaboração de dieta sensorial, confecção de órteses, capacitações e orientações. Tais intervenções foram realizadas de forma individual ou grupal.

A Atenção Secundária pode ser descrita como:

composta por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento (BRASIL, 2007, p.17).

Nesse sentido, as avaliações e intervenções descritas neste nível de atenção, revelam a realização de um amplo escopo de práticas voltadas tanto para investigação e cuidado mais amplo das necessidades dos sujeitos, quanto delimitadas para demandas mais específicas, a partir das necessidades de cada criança. Este achado indica, assim como no estudo de Gomes (2020) que investigou as práticas de profissionais que trabalham em um serviço de atenção ambulatorial, uma multiplicidade e complexidade de demandas e atividades desenvolvidas, característica própria do nível secundário e comum também nas práticas da Terapia Ocupacional.

5.3 PRÁTICAS REALIZADAS EM SERVIÇOS DE ATENÇÃO TERCIÁRIA

No terceiro nível de atenção, encontrou-se os estudos de Simonato, Mitre e Galheigo (2019), Albuquerque et al. (2019), Brandão et al. (2019), Peruzzolo, Barbosa e Souza (2018), Santos e Ferreira (2015), Fonseca et al. (2015), Campos, Garcia e Pfeifer (2019), Beltrame, Moraes e Souza (2018), Rodrigues e Albuquerque (2020), Silva et al. (2019), Monteiro et al. (2019), Reis et al. (2018) e Jacob, Maia e Mitre (2018).

Neste nível, foi possível destacar também os itens de avaliação e intervenção dentro do processo de prática. Nas *avaliações*, utilizou-se instrumentos como o teste Denver II, o PEDI, o TSFI, a Avaliação da Visão Funcional (AVIF - 2 a 6 anos), o IRDIs, o PREAUT, a Medida Canadense de Desempenho Ocupacional (COPM), a Medida de Independência Funcional para crianças (MIF infantil), a Entrevista Inicial com os Pais (EIP) e protocolo Avaliação do Comportamento Lúdico (ACL), o Perfil Sensorial do Bebê e da Criança Pequena e avaliação da preferência visual cromática, com os cartões Teller. Além disso, foram utilizados instrumentos elaborados pelas pesquisadoras, coleta de dados no prontuário, entrevistas, observações clínicas e do comportamento cognitivo, motor, emocional e relacional, uso do brincar de faz de conta, uso de filmagens da pesquisa, uso de uma câmera digital pelas crianças, registros em diário de campo, diário com registros pelas crianças de atividades e informações sobre seu cotidiano e avaliação da capacidade de foco e seguimento visual, necessários para a utilização de um dispositivo de comunicação.

Vale salientar que, nos níveis de atenção primária e secundária e, especialmente neste, observou-se a tentativa de ampliar o leque de instrumentos de avaliação, utilizando de outros meios não padronizados e com a participação mais ativa das crianças para consolidar o processo avaliativo.

No item de *intervenção*, foram citadas: intervenção precoce por meio de uma Hipótese de Funcionamento Psicomotor (HFP), intervenções baseadas no Modelo Lúdico, utilizando como recursos jogos, leituras, pinturas, atividades de coordenação motora, brincadeiras simbólicas, entre outras, intervenção em conjunto com fonoaudióloga, modulação e repetição de estímulos táteis e vestibulares, confecção de brinquedo artesanal e familiarização com o objeto, oferta de brinquedos variados durante os atendimentos, introdução e treino de prancha de comunicação, uso do computador com os programas *Headmouse e Grid*, construção e adaptação de recursos, atividades expressivas, uso de faixa elástica, avaliação e prescrição de cadeira de rodas, além de orientações a mães/família e equipe.

No terceiro nível de atenção, as práticas são realizadas em enfermarias, unidades de cuidado intensivo, ambulatórios de especialidade, brinquedotecas, em casos especiais, em atendimentos domiciliares, na casa do usuário, em casas de apoio ou em sua comunidade, oferecendo uma atenção intra-hospitalar, extra-hospitalar e/ou em cuidados paliativos. Este cuidado foi ampliado a partir do processo de desospitalização e humanização, que torna possível a integralidade do cuidado no contexto hospitalar e entende este local como uma estação de cuidado, na qual a Terapia Ocupacional é um dos núcleos profissionais (GALHEIGO, 2018; COFFITO, 2013).

Nos artigos desta revisão, observou-se que as avaliações e intervenções realizadas na atenção terciária oferecem um cuidado em um determinado momento, em busca de enfrentamento de problemáticas específicas, mas também visam o cuidado continuado e transversal, projetado para além da situação de saúde/adoecimentos presente no contexto hospitalar.

Diante disso, enquanto limitações desta revisão integrativa de literatura, aponta-se o fato de o recorte ter considerado apenas a literatura nacional e o idioma português. Recomenda-se a realização de estudos posteriores que incluam em seus critérios outros idiomas e bases de dados/periódicos com vistas a comparar os dados obtidos nesta revisão, e a realização de estudos que abranjam outras áreas de atuação da Terapia Ocupacional com o público infantil, tais como educação e assistência social, com o objetivo de ampliar a discussão sobre as práticas destes profissionais com crianças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa de literatura identificou e analisou o conhecimento científico produzido no Brasil sobre as práticas de terapeutas ocupacionais junto a crianças em serviços de saúde entre os anos de 2015 e 2020. As práticas de Terapia Ocupacional junto ao público infantil (0-12 anos) foram desenvolvidas nos diferentes níveis de atenção à saúde (primário, secundário e terciário) por meio de serviços públicos, privados, filantrópicos e ligados às universidades públicas e privadas. Encontraram-se práticas realizadas de forma direta, com as crianças, e de forma indireta, com familiares, cuidadores, escola e/ou equipe de saúde, cuja finalidade das ações atingia o público infantil.

Na Atenção Primária, notou-se que as avaliações e as intervenções realizadas preconizavam uma aproximação com o território dos usuários e a sua família, o conhecimento da rede, a continuidade do cuidado, além de constantes orientações. Na Atenção Secundária, as práticas estavam voltadas para investigação e cuidado mais amplo das necessidades dos sujeitos, e também delimitadas para demandas mais específicas, a partir das necessidades de cada criança, que indicou uma multiplicidade e complexidade de demandas e atividades desenvolvidas. Na Atenção Terciária, observou-se que as práticas visavam ofertar um cuidado em um determinado momento, em busca de enfrentamento de problemáticas específicas, e o cuidado continuado e transversal, projetado para além da situação de saúde/adoecimentos presente no contexto hospitalar.

Dessa forma, destaca-se que este trabalho contribui para o debate na área e para informar a formação, pesquisa e a prática profissional de terapeutas ocupacionais junto às crianças (0-12 anos) em serviços de saúde, com vistas ao maior conhecimento da categoria e da sociedade em geral sobre a temática. Considera-se que a atuação da Terapia Ocupacional com o público infantil é extensa, além disso, a área segue em crescente desenvolvimento, estruturação e consolidação no país, em busca de uma assistência cada vez mais qualificada, integral e intersetorial.

7 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, R. C. et al. Preferência visual cromática em recém-nascidos a termo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 367-371, 2019.
- ARAUJO, L. B. de et al. Caracterização do desenvolvimento neuropsicomotor de crianças até três anos: o modelo da CIF no contexto do NASF. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 3, p. 538-557, 2018.
- ARAÚJO, J. P. et al. História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas. **Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília**, v.67, n.6, p. 1000-1007, 2014.
- AZEVEDO, T. L.; DELLA BARBA, P. C. S. Avaliação da estimulação e apoio no ambiente familiar oferecido à criança com paralisia cerebral. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 28, n. 2, p. 198-205, 2017.
- BELTRAME, V. H.; DE MORAES, A. B.; DE SOUZA, A. P. R. Perfil sensorial e sua relação com risco psíquico, prematuridade e desenvolvimento motor e de linguagem por bebês de 12 meses. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 29, n. 1, p. 8-18, 2018.
- BRANDÃO, A. O. et al. Avaliação da funcionalidade em crianças de 4-6 anos apresentando toxoplasmose congênita e retinocoroidite. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 1, p. 45-53, 2019.
- BORBA, B. A. S. F. et al. Grupo de vivências sensório-motoras para crianças com microcefalia por síndrome congênita do Zika Vírus: uma experiência de estágio curricular. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 3, n. 4, p. 539-553. 2019
- BRAUN, V. ; CLARKE, V. . Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde - CNDSS. Assistência de Média e Alta Complexidade no SUS. Brasília: CONASS, 2007.
- BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm Acesso em: 15 de julho de 2020.
- BRASIL, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC); **Portaria nº 1.130 de 5 de agosto de 2015**. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html. Acesso em: 20 de abril de 2020.

BUFFONE, F. R. R. C.; EICKMANN, S. H.; DE CARVALHO LIMA, M. Processamento sensorial e desenvolvimento cognitivo de lactentes nascidos pré-termo e a termo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 24, n. 4, 2016.

CAMPOS, S. D. F. et al. O brincar para o desenvolvimento do esquema corporal, orientação espacial e temporal: análise de uma intervenção. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 2, 2017.

CAMPOS, S. M. S.; GARCIA, L. E.; PFEIFER, L. I. O brincar de faz de conta como ferramenta na expressão do imaginário de crianças em tratamento quimioterápico hospitalizadas. **Revista De Terapia Ocupacional Da Universidade De São Paulo**, v. 30, n. 2, p. 140-147, 2019.

COFFITO, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução – COFFITO n°. 406/2011. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional nos Contextos Sociais e dá outras providências. Brasília, 07 de novembro de 2011. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3169>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

COFFITO, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução – COFFITO n°. 407/2011. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde da Família e dá outras providências. Brasília, 18 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3170>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

COFFITO, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução – COFFITO n°. 408/2011. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde Mental e dá outras providências. Brasília, 18 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3171>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

COFFITO, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução - COFFITO n° 429/2013. Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional em Contextos Hospitalares, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contextos Hospitalares e dá outras providências. Brasília, 08 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3191>. Acesso em 01 de novembro de 2020.

COFFITO, Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução – COFFITO n° 500/2018. Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências. Brasília, 26 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=10488>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

COHN, C. Concepções de infância e infâncias. Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre**, v.13, n. 2, p. 221-244, 2013.

DELLA BARBA, P. C. S. et al. A Terapia Ocupacional em um processo de capacitação sobre vigilância do desenvolvimento infantil na atenção básica em saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 1, 2017.

FONSECA, C. S.; GUARANY, N. R. A. Terapia por contensão induzida no desempenho ocupacional de crianças com paralisia cerebral. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 2, n. 2, p. 292-304. 2018.

FONSECA, C. F. S. et al. Terapia ocupacional em criança hospitalizada com desnutrição grave e atraso no desenvolvimento neuropsicomotor: relato de caso. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 25, n. 1, p. 125-128, 2015.

FERNANDES, A. D. S. A. et al. A intersetorialidade no campo da saúde mental infantojuvenil: proposta de atuação da terapia ocupacional no contexto escolar. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 454-461, 2019.

FERNANDES, A. D. S. A.; SANTOS, J. F.; MORATO, G. G. A criança com transtorno do espectro autista (TEA): um estudo de caso da intervenção da Terapia Ocupacional a partir da teoria bioecológica do desenvolvimento humano. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 29, n. 2, 2018.

FOLHA, D. R. S. C.; DELLA BARBA, P. C. S. Produção de conhecimento sobre terapia ocupacional e ocupações infantis: uma revisão integrativa de literatura. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 1, p. 227-245, 2020.

FONSECA, J. C. B.; FRAZÃO, I. M. S.; GIRARD, A. P. C. V. Crie, Recrie, Socialize: a Terapia Ocupacional em um grupo de crianças com dificuldades nas habilidades de interação social. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 3, n. 2, p. 247-529. 2019.

GALHEIGO, S. M. Terapia ocupacional, a produção do cuidado em saúde e o lugar do hospital: reflexões sobre a constituição de um campo de saber e prática. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 19, n. 1, p. 20-28, 2008.

GOMES, M. L. **Centro especializado em reabilitação da rede de cuidados à pessoa com deficiência: dos documentos norteadores às práticas cotidianas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2020.

GOMES, M. L.; OLIVER, F. C. A prática da terapia ocupacional junto à população infantil: revisão bibliográfica do período de 1999 a 2009. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo**, v.21, n.2, p. 121-129. 2010.

JACOB, L. R.; MAIA, F. N.; MITRE, R. M. A. Tecnologia assistiva no ambiente hospitalar: uma análise da prática. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 2, n. 2, p. 468-480. 2018.

JOAQUIM, R. H. V. T.; DA SILVA, Fernanda Rodrigues; LOURENÇO, Gersa Ferreira. O faz de conta e as brincadeiras como estratégia de intervenção para uma criança com atraso no desenvolvimento infantil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 1, 2018.

JUSTINO, D. C. P.; et al. Avaliação histórica das políticas públicas de saúde infantil no Brasil: revisão integrativa. **Revista Ciência plural**, v.5, n.1, p.71-88, 2019.

NUCCI, L. V. ; LOURENCO, G. F. ; BARBA, P. C. S. D. . Legislações e documentos brasileiros sobre a atenção à criança e suas implicações para o monitoramento do desenvolvimento infantil. **Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional**, Lisboa, v. 8, p. 4-20, 2018.

LEAL, L. S. et al. Avaliação do desenvolvimento motor de crianças portadoras de cardiopatia congênita. **International Journal of Cardiovascular Sciences**, v. 29, n. 2, p. 103-9, 2016.

LINO, T. B. et al. Efeitos do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva para Promover Independência em Atividades de Vida Diária para uma Criança com Paralisia Cerebral. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 1, p. 35-50, 2020.

MANZINI, M. G. et al. Formação de interlocutores de uma criança com paralisia cerebral para o uso da comunicação alternativa. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 3, 2017.

MANZINI, M. G. et al. Programa de Comunicação Alternativa para uma Criança com Paralisia Cerebral e seus Parceiros de Comunicação: um Estudo de Delineamento de Múltiplas Sondagens. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 4, p. 553-570, 2019.

MARONESI, L. C. et al. Análise de uma intervenção dirigida ao desenvolvimento da coordenação motora fina, global e do equilíbrio. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 23, n. 2, 2015.

MENDES, L. J. et al. Avaliação motora para prevenção de deficiências do bebê pré-termo e em risco de atraso no desenvolvimento. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 4, n. 5, p. 774-784. 2020.

MENDES, K. D. S., SILVEIRA, R. C. C. P., GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem, Florianópolis**, v. 17, n.4, p. 758-764, 2008.

MONTEIRO, R. C. et al. O cotidiano de crianças com insuficiência renal crônica em terapia renal substitutiva. 2019.

NUCCI, L. V. et al. A produção de conhecimento em terapia ocupacional na perspectiva da atenção integral à criança: relatos de um grupo de pesquisa. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO, Rio de Janeiro**, v.1, n.5, p. 693-703. 2017.

NUNES, A. C.; EMMEL, Maria Luísa Guillaumon. O uso do tempo nas atividades cotidianas de crianças de classe popular de 9 a 12 anos. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 2, p. 176-185, 2015.

PAIXÃO, A. F. et al. Estudo das habilidades de integração viso-motora em uma criança com paralisia cerebral diparética antes e após programa de intervenção interdisciplinar. **Revista Chilena de Terapia Ocupacional**, p. 137-144, 2017.

REIS, J. C. et al. Abordagem da Terapia Ocupacional a bebês com microcefalia: uma experiência do estágio curricular. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 2, n. 1, p. 212-227. 2018.

PERUZZOLO, D. L.; BARBOSA, D. M.; SOUZA, A. P. R. Terapia ocupacional e o tratamento de bebês em intervenção precoce a partir de uma Hipótese de Funcionamento Psicomotor: estudo de caso único. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 26, n. 2, p. 409-421, 2018.

RODRIGUES, A. A.; ALBUQUERQUE, Valéria Barroso. O Brincar e o cuidar: o olhar do terapeuta ocupacional sobre o comportamento lúdico de crianças em internação prolongada. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 4, n. 1, p. 27-42. 2020.

RODRIGUES, T. C. L.; MARCELINO, J. F. Q.; NÓBREGA, K. B. G. Tecnologia assistiva na atuação terapêutica ocupacional com uma criança com doença degenerativa do sistema nervoso central. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 23, n. 2, 2015.

RUAS, T. C. B. et al. Experiência de um estágio curricular em Terapia Ocupacional na atenção primária: foco nas necessidades em saúde infantil. **ABCS Health Sci**, v. 40, n. 3, p. 312-317, 2015.

SANTOS, P. D. B.; FERREIRA, L. S. Terapia Ocupacional e a criança ribeirinha amazônica vítima de escarpelamento por eixo de motor de barco. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 23, n. 1, 2015.

SARMENTO, M. J. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, M; SARMENTO, M.J. As crianças: contextos e identidades. Braga: Universidade do Minho, 1997.

SIMONATO, M. P.; MITRE, R. M. A.; GALHEIGO, S. M. O cotidiano hospitalar de crianças com hospitalizações prolongadas: entre tramas dos cuidados com o corpo e as mediações possíveis. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180383, 2019.

SILVA, J. I. P. et al. Isolamento hospitalar pediátrico: o olhar da criança. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 3, n. 4, p. 508-525. 2019.

SILVA, L. T.; RICCIOPPO, M. R. P. L.; ALMOHALHA, L. O jogo como estratégia de investigação e reeducação alimentar de crianças com obesidade. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 4, n. 1, p. 43-59. 2020.

SILVA, T. P.; DE ALMEIDA, C. A. A utilização da órtese para abdução de polegar na encefalopatia crônica não progressiva e a contribuição da Terapia Ocupacional-um estudo de caso. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 1, n. 2, p. 163-185. 2017.

SILVA, T. S. G. D.; PELOSI, M. B. Evolução de uma criança com síndrome de Down à luz do modelo lúdico: estudo de caso. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 2, n. 1, p. 50-67. 2018.

SILVA, C. R.; SILVESTRINI, M. S. A interação durante as provas operatórias: considerações para a avaliação infantil. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 399-408, 2015.

SILVA, G. S.; FERNANDES, D. R. F.; ALVES, C. R. L. Avaliação da assistência à saúde da criança na Atenção Primária no Brasil: revisão sistemática de métodos e resultados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3185-3200, 2020.

SILVA, R. A. S.; OLIVER, F. C. A interface das práticas de terapeutas ocupacionais com os atributos da atenção primária à saúde. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, p. 784-808, 2020.

SILVA, Y. R. O. et al. O passo do frevo potencializando a reabilitação de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 448-453, 2019.

SOUSA, P. A.; OLIVEIRA, R. M.; ALMOHALHA, L. Perfil sensorial de crianças com distúrbio de aprendizagem sob a ótica materna. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 4, n. 6, p. 968-984. 2020.

SOUZA, M. T., SILVA, M. D., CARVALHO, R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. **Einstein. São Paulo**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SOUZA, D. S.; FIGUEIREDO, B. A.; SILVA, A. C. D. O. brincar de crianças com deficiência física sob a perspectiva dos pais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 25, n. 2, 2017.

SOUZA, V. R. B. A atuação do terapeuta ocupacional com base na Teoria da Integração Sensorial na assistência de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante a pandemia do Covid-19. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional-REVISBRATO**, v. 4, n. 3, p. 371-379, 2020.

STARFIELD, D. B. **Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologias**. Brasília: UNESCO/Ministério da Saúde. 2002.

TSZESNIOSKI, L. C. et al. Construindo a rede de cuidados em saúde mental infantojuvenil: intervenções no território. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 363-370, 2015.

VALVERDE, A. A. et al. Relação entre integração visomotora e destreza manual em crianças com transtorno do desenvolvimento da coordenação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, n. AHEAD, 2020.

VICENTIN, M. C. G. Infância e adolescência: uma clínica necessariamente ampliada. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo**, v.15, n.1, p. 10-17. 2006.

APÊNDICE

Instrumento de coleta de dados 1: Apresentação da síntese dos artigos incluídos na Revisão Integrativa: Autores e ano, participantes, práticas realizadas e principais resultados. Lagarto/SE, 2021.

N°	AUTOR (ANO)	PARTICIPANTES	PRÁTICAS REALIZADAS	PRINCIPAIS RESULTADOS
1.	Valverde et al. (2020)	22 crianças - entre 7 e 11 anos	Foram utilizados os instrumentos DCDQ-Brasil, o MABC-2 e o Beery-VMI, sendo os dois últimos para avaliação do desempenho motor das crianças.	Foi possível caracterizar o perfil clínico, ocupacional, social e informações sobre os impactos de questões motoras no seu cotidiano. Avaliou-se que 12 crianças apresentaram desempenho abaixo da média no domínio integração visomotora, 13 no domínio visual e 19 no domínio de coordenação motora. Observou-se correlação significativa entre o percentil de destreza motora e o percentil total do MABC-2, mas não entre os escores do MABC-2 e os domínios avaliados com o VMI.
2.	Lino et al. (2020)	1 criança - 5 anos; e sua mãe	Avaliação realizada por meio da mãe, a partir dos instrumentos: o GMFCS E & R e o MACS, o PEDI, o Protocolo para Registro Descritivo e de Eventos e o Questionário de validação social. Para a intervenção, selecionou-se três atividades com implementação dos recursos de Tecnologia Assistiva: sentar-se à mesa, uso do copo e o uso do talher.	A intervenção produziu gradualmente efeitos positivos sobre a capacidade funcional da criança, com a redução de nível de ajuda à medida que eram realizadas as intervenções, treinos e ensinado o uso dos recursos, até que a criança atingisse um nível esperado para trocar de atividade a ser aprendida.
3.	Manzini et al. (2019)	1 criança - 12 anos; e três parceiros de comunicação (mãe, professora e terapeuta ocupacional)	Foi realizada intervenção e seleção das Figuras e entrevista com as habilidades de comunicação da criança; utilização de materiais e equipamentos como computador, câmeras, materiais de papelaria e os símbolos gráficos do software Boardmaker Speaking Dynamically Pro. Foram realizadas sessões de sondagem pré intervenção, implementação do programa de intervenção comunica_PC, realizado durante 7 meses, por 21 semanas e sessões pós intervenção.	Foram realizadas 45 sessões, 15 com cada díade (parceiro - criança), não foi observado evolução no desempenho da criança nas sessões de sondagem. Nas sessões de intervenção, foram identificadas mudanças no comportamento da díade, principalmente no desempenho da criança, com scores chegando a 60%; a criança passou a utilizar os recursos de CSA por meio de gestos, assistência física e/ou pistas verbais. Na pós-intervenção, os scores permaneceram acima de 60%, evidenciando o desempenho bem-sucedido da díade.
4.	Simonato, Mitre e Galheigo (2019)	5 crianças - entre 2 e 3 anos; e suas mães	Avaliação realizada a partir da coleta de dados no prontuário, observações participantes do cotidiano hospitalar, e entrevistas com as mães das crianças.	Observou-se que os cuidados em saúde, alimentação e higiene foram considerados os mais importantes, isto acabou por encobrir outras atividades, como as lúdicas e sociais. Construiu-se pelas mães e crianças um cotidiano possível de

				ser vivido neste ambiente. Considera-se fundamental a mediação das mães e dos profissionais de saúde, pois por meio dela as crianças conseguiram transpor barreiras e se inseriram de forma particular nesse cotidiano.
5.	Albuquerque et al. (2019)	46 recém nascidos - até 48 horas	Os dados clínicos e características biológicas foram colhidos durante a internação, por meio da consulta ao prontuário; avaliação da preferência visual cromática, com os cartões Teller, apresentou-se seis cartões foscos com metade branca e a outra metade na cor azul, ou violeta, ou verde, ou amarelo, ou laranja, ou vermelho, medindo 25,5 x 51cm, com um orifício no centro; posicionou-se os recém-nascidos no colo da mãe a 55 cm dos cartões e a distância foi mantida fixa durante todo o teste.	Verificou-se que 75% dos recém nascidos preferiram a cor azul ($p=0,001$) e apesar da frequência do olhar entre a cor verde e branca ser maior para a cor cromática, não foi detectado preferência entre esta análise ($p=0,23$). Os únicos cartões que as frequências foram maiores para o branco foram os cartões com cores amarela e laranja e, ainda assim, não há preferência entre elas ($p=0,05$ e $p=0,37$, respectivamente).
6.	Silva et al. (2019)	30 crianças - entre 9 e 18 meses	A partir da análise do contexto de prática, foi proposta uma atividade cultural carnavalesca, com inclusão das crianças, cuidadores, equipe e outros familiares, a atividade propôs estimulação a partir do uso de fantasia e registros fotográficos, teve duração média de duas horas e em dias diferentes para permitir a participação de outras pessoas, houve ainda oferta de lanches, orientações e troca de experiências, ao final.	A intervenção propiciou valorização do contexto cultural para reabilitação, inclusão das crianças e cuidadores, interação com a equipe e outros familiares, além de benefícios a partir da estimulação de diferentes posturas funcionais por meio das fotografias e aprendizados por meio das orientações para continuidade da estimulação no ambiente domiciliar.
7.	Fernandes et al. (2019)	Equipe escolar e famílias de crianças entre 4 e 5 anos	Processo de intervenção: etapa 1 - realizou-se, junto aos profissionais da escola, a identificação e mapeamento das demandas relacionadas à saúde mental infantojuvenil; etapa 2 - foram implementadas duas estratégias de ação: quatro encontros com a equipe escolar para reflexão sobre desenvolvimento infantil, saúde mental infantil e levantamento de estratégias em sala de aula; e três encontros com um grupo de pais e equipe escolar, sendo realizado trocas de experiências e elaboração de estratégias para enfrentar as dificuldades.	Obteve-se que as intervenções realizadas forneceram suporte informacional e prático para os profissionais da escola e familiares das crianças, o que contribuiu na potencialização dos recursos presentes nos diferentes contextos de vida das crianças.
8.	Brandão et al. (2019)	96 crianças - entre 4 e 6 anos; e seus cuidadores	Triagem inicial com o Teste de Desenvolvimento de Denver II e realização do exame oftalmológico. Utilização dos instrumentos PEDI, para avaliação das tarefas do autocuidado, aplicado com o cuidador, e o teste AVIF - 2 a 6 anos para avaliação da capacidade e a funcionalidade visual.	Dividiu-se as crianças em três grupos conforme a acuidade visual: perda visual moderada/grave, perda leve e visão normal; no escore total do AVIF-2 a 6 anos, observou-se diferença significativa entre os três grupos ($p=0,001$), e entre os grupos com perda visual moderada/grave e visão normal ($p<0,0001$), os escores do domínio seguimento visual apresentaram diferença significativa ($p=0,022$); o teste PEDI

				não mostrou diferença significativa entre os grupos. Não houve correlação entre os escores dos testes aplicados.
9.	Araujo et al. (2018)	19 crianças - entre 7 e 35 meses; e seus responsáveis	Avaliação realizada por meio dos instrumentos entrevista semiestruturada, questionário socioeconômico da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), teste Denver II e questionário de oportunidades no ambiente domiciliar para o desenvolvimento motor; os instrumentos foram relacionados com os componentes da CIF-CJ.	Obteve-se a partir da triagem que 47,37% das crianças apresentaram atraso no DNPM, em especial na área da linguagem (88,88%); com relação a renda 36,84% das famílias foram classificadas em C1 pela ABEP; quanto as oportunidades no ambiente domiciliar para o desenvolvimento motor, 54,5% das crianças com até 18 meses tiveram estimulação adequada e todas as crianças maiores de 19 meses apresentaram estimulação razoável; o modelo proposto neste estudo respondeu à abordagem contextual da CIF.
10.	Peruzzolo, Barbosa e Souza (2018)	1 criança - cerca de 1 ano	Os dados clínicos foram colhidos através da pesquisa que detectou e encaminhou a menina para tratamento, utilizou-se as informações obtidas da entrevista e preenchimento de questionário sociodemográfico com a mãe, do Denver II, IRDIs, sinais PREAUT, assim como os dados do prontuário do bebê no HU e filmagens da pesquisa, estas avaliações iniciaram quando a paciente tinha 3 meses; a intervenção precoce por meio de uma HFP só iniciou com a terapeuta ocupacional, quando a criança estava com 12 meses.	Observou-se que a irregularidade psicomotora poderia ser entendida como um sintoma psicomotor e isto poderia ser interpretado a partir de uma HFP, considerou-se a irregularidade de forma singular, como anúncio de como a criança constrói seu EC e IC, a partir do laço com seus pais. Confirmou-se a eficácia do tratamento a partir de uma HFP, a paciente apresentou evolução significativa no caminhar, na cognição, na linguagem, e o tratamento possibilitou o reencontro da criança entre sua mãe e seu pai, com desaparecimento do sintoma psicomotor.
11.	Tszesnioski et al. (2015)	7 crianças - entre 1 e 9 anos	Utilizou-se um questionário semiestruturado para caracterização dos participantes, com informações sociodemográficas, dados clínicos, espaços frequentados da rede de cuidados, informações sobre o desempenho e vida social da criança e seus familiares, além de observações durante visitas domiciliares e as escolas, para acolhimento das demandas de cuidado. Utilizou-se o ecomapa para apresentar a análise das relações da criança e sua família com a rede de cuidados, antes e após as intervenções, os tipos de relações foram evidenciados como: forte, estressante, moderado, fraco, já existiu ou não observado.	Evidenciou-se que a maioria das relações familiares possui vínculos estressantes, no entanto, possui vínculos fortes com os vizinhos, observou-se relações de maior intensidade e qualidade com os ACS na Atenção Básica e na Educação, com a creche, quando comparadas com os serviços especializados em saúde. A partir da identificação das dificuldades, traçou-se metas em conjunto com a família, equipe de saúde e da escola, resultando no fortalecimento dos vínculos, articulação dos serviços e continuidade do cuidado.
12.	Manzini et al. (2017)	1 criança - 12 anos; e três interlocutores	Utilizou-se instrumentos para caracterização dos participantes, análise da dinâmica de mímica, seleção das figuras, análise das filmagens e percepção dos participantes sobre a implementação da comunicação alternativa. A coleta e análise dos dados foram organizadas em cinco fases:	Na formação teórica, realizou-se uma mímica e reflexão para sensibilização sobre as dificuldades de comunicação da criança. Na formação prática, foi ensinado os interlocutores a utilizar o software <i>Boardmaker</i> para selecionar pictogramas e confeccionar as pranchas de comunicação para cada

			conhecimento das habilidades comunicativas, formação teórica e prática, confecção da prancha de comunicação e avaliação da formação. O processo de coleta de dados ocorreu em 5 meses.	contexto e orientados quanto ao uso com a criança. Na avaliação dos procedimentos de formação, obteve-se dos interlocutores respostas positivas.
13.	Souza, Figueiredo e Silva (2017)	6 mães e 2 pais de crianças entre 2 e 9 anos	Coletou-se as informações por meio de um roteiro de entrevista semiestruturada contendo questões sociais, demográficas e informações sobre as crianças, além de questões que envolviam a percepção dos pais sobre o brincar de seus filhos, tais como: se eles consideravam o brincar importante; se percebiam quando os filhos queriam brincar; com quem e como as crianças brincavam, e o que eles consideravam como fator que dificultava ou facilitava o brincar de seus filhos.	Os pais percebem a importância do brincar para o desenvolvimento de seus filhos com deficiência física, especialmente na aprendizagem e na interação social, para estes, as principais causas do prejuízo na atividade do brincar são as alterações de movimento e, para compensar utilizam seus corpos como ferramenta para a criança conseguir brincar; as crianças brincam apenas com familiares e utilizam materiais resistentes ao manuseio que nem sempre favorecem o desenvolvimento sensorial.
14.	Campos et al. (2017)	1 criança - 4 anos	Para avaliação e reavaliação, utilizou-se o instrumento EDM. Após os resultados da avaliação, elaborou-se a intervenção composta por brincadeiras que estimulasse as aquisições que se apresentaram em déficit, sendo estas o esquema corporal, a orientação espacial e a orientação temporal, foram realizadas oito sessões de intervenção, semanais, com duração de 30 minutos.	Observou-se mudanças positivas confiáveis nos itens psicomotores que passaram por estimulação por meio de brincadeiras, somente no item organização espacial as mudanças ocorridas deslocaram a criança da população disfuncional para a funcional, mas nos itens esquema corporal e organização temporal a criança ainda apresentou no pós-teste escore abaixo do normativo para a sua faixa etária.
15.	Paixão et al. (2017)	1 criança - 5 anos e 10 meses	Coleta de dados realizada antes e após a intervenção com o instrumento de avaliação Beery-VMI e os seus dois testes suplementares padronizados, o teste de percepção visual e o de coordenação motora. O programa de intervenção aconteceu em 12 sessões, 2 vezes por semana.	O programa de intervenção foi dividido em um grupo com atividades de coordenação motora fina e outro de brincadeiras; houve apenas mudanças qualitativas na classificação do desempenho da criança pré e pós intervenção por meio do teste Beery-VMI, no entanto, apontou-se mudanças significativamente positivas nas habilidades de percepção visual e de coordenação motora fina.
16.	Leal et al. (2016)	30 crianças - entre 4 e 7 anos	Para avaliação das habilidades motoras, utilizou-se a EDM de forma adaptada ao contexto da cardiologia pediátrica, a aplicação teve duração de 30 minutos.	Observou-se que as características motoras avaliadas se encontravam significativamente abaixo do nível normal médio ($p < 0,05$), revelando importante risco ao desenvolvimento no esquema corporal, organização espacial e organização temporal.
17.	Ruas et al. (2015)	crianças entre 0 e 3 anos	Realizou-se ações voltadas à atenção primária à saúde infantil, tais como o mantimento da brinquedoteca aberta semanalmente para a comunidade, com alunos responsáveis pelo menos 4 horas por dia; fortalecimento da rede social da comunidade; e, desenvolvimento de um serviço para acolher	A brinquedoteca se tornou, além de um espaço para acolhimento e brincar livre, um local para troca de conhecimento entre alunos e responsáveis das crianças. O serviço se tornou espaço para acompanhamento das crianças, orientação aos responsáveis e encaminhamento quando

			e acompanhar o desenvolvimento infantil global (aspectos motores, cognitivos, sensoriais e afetivos) de toda criança de 0 a 3 anos, independentemente de ter ou não algum fator de risco para seu desenvolvimento.	necessário, realizados pelos alunos de TO e residentes em pediatria. Para os alunos, possibilitou a vivência teórica e prática sobre a infância e o entendimento da realidade social das crianças e dos familiares atendidos.
18.	Maronesi et al. (2015)	1 criança - 4 anos	Para avaliação, utilizou-se o instrumento EDM, sendo avaliados os itens motricidade fina, motricidade global e equilíbrio. A intervenção foi realizada uma vez por semana em um período de 2 meses, totalizando 10 encontros, as atividades realizadas foram: pulando em bambolês, colar de canudos, desenho vazado, sequência de saltos no jump, pulseira com canudos finos, pular “cobrinha”, pulseira com miçangas, estátua e costurando roupas da boneca.	Observou-se que ocorreram mudanças positivas confiáveis nos itens psicomotores que passaram por estimulação, e dessa forma, que a intervenção teve um efeito positivo sobre o desenvolvimento da criança, no início da intervenção a criança apresentava-se em níveis abaixo de sua faixa etária nos três itens psicomotores avaliados e após a intervenção notou-se que a criança conseguiu se adequar ao equiparado para sua faixa etária.
19.	Rodrigues, Marcelino e Nóbrega (2015)	1 criança - 11 anos	Realizou-se 7 encontros semanais, com duração de 45 minutos, no período de 2 meses. Utilizou-se um questionário contendo dados da criança, do cuidador, da residência, dados clínicos e desempenho funcional da criança, e diário de campo para registro das informações; depois de finalizada a avaliação, houve a confecção e adaptação de dispositivos assistivos, demonstração e orientação da família quanto ao uso; por fim, houve uma entrevista com a genitora para investigar as repercussões das intervenções.	Na avaliação, identificou-se comprometimento nas habilidades motoras, cognitivas e psicossociais, que acarretam em dificuldades nas AVD, na comunicação e no brincar. Com as adaptações realizadas nos instrumentos, equipamentos e ambientes (cadeira de rodas, quarto, banheiro, órtese, brinquedo e comunicação) e orientação à família, observou-se utilização dos recursos de acordo com a necessidade e a realidade da criança e contribuição positiva na vida da família.
20.	Santos e Ferreira (2015)	2 crianças - 7 e 8 anos	Utilizou-se como instrumentos a Avaliação Terapêutica Ocupacional e Questionário Psicoemocional (redigidos pela pesquisadora), COPM e MIF infantil, que foram também utilizados na reavaliação; as intervenções com as duas pacientes foram baseadas no Modelo Lúdico e ocorreram de duas a três vezes na semana, durante o turno da tarde, e em 10 sessões.	Por meio da avaliação, observou-se, em comum nas crianças, prejuízo na realização das AVD de forma independente, principalmente o banho, mudança no contexto cultural com afastamento de casa e da escola, resultando em ansiedade pela alta hospitalar e diminuição da autoestima por alteração na autoimagem. Nos atendimentos foi possível minimizar as alterações no desempenho ocupacional das meninas, observando melhoras no quadro motor e psicoemocional de ambas, por meio das orientações e atividades.
21.	Fonseca et al. (2015)	1 criança - 1 ano e 3 meses	Avaliação realizada por meio da observação clínica do comportamento cognitivo, motor, emocional e relacional esperados para a idade e entrevista semiestruturada com a família; intervenção realizada durante 1 mês, em 12 sessões, 4 em conjunto com fonoaudióloga, realizou-se modulação e repetição de estímulos táteis e vestibulares que acalmavam a criança, confecção de brinquedo artesanal e familiarização	Na avaliação, encontrou-se criança emagrecida, chorosa, agitada, com deficiências no desenvolvimento neuropsicomotor, nas habilidades cognitivas, motoras, emocionais e sensoriais, dependente do colo materno para se reorganizar e recusando contato com outros estímulos do ambiente; a partir das intervenções, obteve-se comportamento mais calmo, adequação de resposta aos

			com o objeto, oferta de brinquedos variados durante os atendimentos, além de orientações a família.	estímulos ambientais, habilidades próximas das crianças da sua idade, e aumento da força muscular pelo ganho de peso.
22.	Della Barba et al. (2017)	Mães de crianças entre 0 e 6 anos e ACS	Intervenção realizada de forma indireta, por meio da capacitação de ACS e famílias sobre vigilância do desenvolvimento infantil, os ACS foram capacitados em duas USF com uso da cartilha “Toda hora é hora de cuidar”, artigos científicos e materiais para a realização de dinâmicas, na primeira USF houve 3 encontros, na segunda, foi realizado em 2. A capacitação das famílias foi realizada nas duas unidades com 19 mães participantes, o encontro foi realizado em um dia, onde pôde ser replicado o conhecimento.	Recebeu-se dos ACS uma devolutiva positiva sobre o período da capacitação, os materiais e a metodologia utilizados, destacou-se a importância das reflexões e da discussão sobre as temáticas. Com as mães, obteve-se o mesmo resultado, visto que estas elogiaram o modo como a capacitação foi realizada, a discussão e a reflexão sobre as temáticas.
23.	Buffone, Eickmann e Lima (2016)	182 lactentes - entre 8 e 15 meses	Como fonte de informações utilizou-se registros de prontuário, resumos de alta da maternidade e caderneta da criança, além de entrevista as mães/responsáveis. Para avaliação do processamento sensorial, utilizou-se o TSFI, aplicado por duas terapeutas ocupacionais, e a Bayley Scales of Infant and Toddler Development III, para avaliação do desenvolvimento cognitivo, aplicada por uma fonoaudióloga e por uma terapeuta ocupacional.	Verificou-se uma frequência significativamente maior de processamento sensorial em risco e deficiente entre os lactentes nascidos pré-termo (37%) em relação aos nascidos a termo (21,9%), além disso, o atraso cognitivo foi significativamente maior (8,3%) nas crianças com processamento sensorial em risco e deficiente quando comparadas as com processamento sensorial normal (1,5%).
24.	Joaquim, Silva e Lourenço (2018)	1 criança - 4 anos	Avaliações realizadas pré e pós intervenção por meio do instrumento Inventário Portage Operacionalizado: intervenção com famílias. Realizou-se atendimentos semanais individuais, com duração de 50 minutos, durante 3 meses com treino de habilidades para as AVD, brincadeiras simbólicas e de imitação, uso de livros infantis, brincadeira de roda e lúdicas.	Na avaliação foi possível observar que as áreas com maiores porcentagens de comportamentos que a criança possui é o autocuidado e desenvolvimento motor. Observou-se após as intervenções, evolução significativa no desenvolvimento global evidenciada pela avaliação e melhora no desempenho de AVD de alimentação, vestuário, no desenvolvimento motor e socialização, além de mudanças no desempenho da brincadeira e da imitação.
25.	Azevedo e Della Barba (2017)	19 genitores de crianças entre 0 e 12 anos	Avaliação realizada em entrevista com os pais por meio do instrumento Inventário EC-Home, traduzido para o contexto brasileiro e adaptado para este estudo.	Observou-se que os pais oferecem estímulos aos seus filhos, principalmente nos aspectos de linguagem, responsividade e acadêmicos, e tentam manter-se próximos a eles na maior parte do tempo.
26.	Campos, Garcia e Pfeifer (2019)	5 crianças - entre 4 e 12 anos	Avaliação individual realizada em uma única sessão, com duração de cerca de 30 a 60 minutos, utilizou-se como estratégia o uso do brincar de faz de conta, utilizando materiais adequados para aplicação do estudo e brinquedos estruturados e simbólicos que estimulassem o faz de conta.	Obteve-se resultados positivos sobre a exploração e escolha adequada dos materiais, de acordo com a construção da brincadeira. Na modelagem, as crianças observaram e continuaram a brincadeira, sem imitação; houve o brincar de faz de conta com tema doméstico e da hospitalização, sendo o tema da hospitalização a primeira escolha da maioria, com

			Para coleta de dados foi utilizado o prontuário, além de anotações e registros importantes no diário de campo.	riqueza de detalhes e conhecimento sobre os procedimentos clínicos. Vale ressaltar, a frequente presença de distratores em todos os momentos.
27.	Fernandes, Santos e Morato (2018)	1 criança - 5 anos; sua responsável e uma estagiária	Realizou-se a observação de atendimentos semanais com duração de 1 hora, registro das informações observadas em diário de campo, aplicação à responsável de um formulário de caracterização da criança e realização de uma entrevista semiestruturada com a responsável e com uma aluna de terapia ocupacional que realizava os atendimentos com a criança.	Evidenciou-se, a partir da observação e inserção ecológica, que a atuação da Terapia Ocupacional tem a função de estimular o desenvolvimento da criança e favorecer as interações desta com objetos e com as pessoas. Destaca-se o brincar como recurso para aquisição de habilidades e objetivo de intervenção e uso de abordagens grupais como forma de favorecer o brincar compartilhado e a interação social, além da importância de parcerias e articulações visando um trabalho intersetorial.
28.	Nunes e Emmel (2015)	108 crianças - entre 9 e 12 anos	Coleta de dados realizada por meio dos instrumentos Ficha de Identificação e Diário de atividades - versão infantil, para coletar dados de uso do tempo da população infantil. Coletou-se informações sobre atividades cotidianas de um dia útil da semana e um do final de semana.	Na semana, as AVD se destacaram como as atividades que demandam mais tempo, seguida das atividades educacionais e de lazer, e menor tempo em atividades religiosas e produtivas. No final de semana, as AVD ainda se destacaram, houve mais dedicação as atividades de lazer e um decréscimo das educacionais. No geral, apesar da maior dedicação as atividades básicas, notou-se um equilíbrio entre os tempos gastos com as demais, mas necessidade investimento público em atividades extracurriculares e lazer.
29.	Silva e Silvestrini (2015)	9 crianças - entre 5 e 9 anos	Utilizou-se roteiros de introdução inicial e roteiros de descrição detalhada de cada aplicação de cada prova operatória. Realizou-se 12 sessões semanais com cada criança, com duração de cerca de 30 minutos, durante 3 meses com a aplicação das provas operatórias. Utilizou-se os materiais tradicionais, alternativos, confeccionados e materiais do cotidiano ou do convívio pessoal da criança.	Na maioria das sessões, quando ofertados materiais diversificados, demonstrou-se melhor adequação e habilidade exploratória das crianças se comparado quando foi ofertado o material tradicional. Quanto ao manuseio ativo da criança com materiais e objetos, registrou-se respostas de maior maturidade intelectual das crianças em um número considerável de sessões.
30.	Beltrame, Moraes e Souza (2018)	40 bebês entre 12 meses a 12 meses e 29 dias	Coleta de dados realizada por meio dos instrumentos questionário PREAUT, TSFI e Perfil Sensorial do Bebê e da Criança Pequena. Avaliação de linguagem e motora realizada por meio do teste Denver II.	Identificou-se, para bebês nascidos a termo e prematuros, resultados significativos nas correlações entre testes sensoriais e protocolo de risco psíquico, assim como no fator de risco prematuridade, entretanto, não foi identificado significância estatística com os resultados em motricidade e linguagem no teste DENVER II.
31.	Rodrigues e Albuquerque (2020)	2 crianças - 6 anos; e suas mães	Avaliação realizada por meio do instrumento EIP e mediante observação da criança com o protocolo ACL. Intervenções realizadas em 5 atendimentos baseados no Modelo Lúdico, utilizando como principais recursos jogos, leituras, pinturas,	As mães relataram um perfil semelhante entre as duas crianças em casa. Por meio da avaliação com a ACL, observou-se divergências com o perfil relatado, demonstrando um menor interesse, motivação, interação e

			atividades de coordenação motora, brincadeiras simbólicas, entre outras. Reavaliação com nova aplicação do instrumento ACL junto à criança.	expressividade no comportamento lúdico, embora dispusessem de capacidade para o mesmo. No decorrer das intervenções, as crianças apresentaram melhorias no interesse e atitudes lúdicas, com queixas de dor e indisposição em alguns momentos, mas não impedindo a realização. Na reavaliação, observou-se evoluções significativas nas variáveis.
32.	Silva et al. (2019)	4 crianças - entre 8 a 12 anos	Avaliação com as crianças por meio do uso de uma câmera digital. Realizou-se, com as crianças, uma oficina para aprendizagem do manuseio da câmera, que depois tiraram fotos da sua experiência de isolamento, durante dois dias, a partir dos disparadores: "Como tem sido para você estar em isolamento?" "O que você gostaria de nos mostrar dessa sua experiência?", por fim, realizou-se a seleção pelas crianças de cerca de cinco fotografias e seus comentários sobre as fotos foram gravados.	A partir da interpretação do relato das crianças, o isolamento hospitalar é visto como uma experiência negativa que gera, dentre muitas coisas, o afastamento social, diminuição do contato com o mundo externo, alteração do brincar e necessidade frequente de aparatos tecnológicos e protetivos do seu tratamento. Para as crianças, alguns fatores minimizam os impactos do isolamento, sendo eles a presença dos pais como acompanhantes, de objetos pessoais, a janela no quarto e o brincar, mesmo que limitado principalmente a recursos tecnológicos.
33.	Monteiro et al. (2019)	3 crianças - entre 8 e 9 anos	As crianças foram convidadas a elaborar um diário de suas atividades cotidianas por meio de desenhos e escritos, onde pudessem descrever: as atividades que habitualmente realiza e gosta, as que gostaria de realizar e as que sente limitações ou obstáculos para realizar, posteriormente, as crianças comentaram oralmente suas experiências, que foram gravadas e transcritas para análise. Foram realizados três encontros individuais.	Por meio da análise do material oral e imagético, é relatado pelas crianças diferentes impactos em toda a sua vida ocupacional como o uso do cateter, as restrições dietéticas e hídricas, os cuidados e a frequência ao hospital, estes, repercutem em alterações na rotina, nas atividades educacionais, na participação social e no brincar, sendo necessário adaptações constantemente.
34.	Borba et al. (2019)	17 crianças - entre 3 e 4 anos; e seus cuidadores	Intervenção multidisciplinar grupal realizada semanalmente, totalizando 13 encontros, a cada encontro uma temática era abordada, discutida e vivenciada pelos participantes, integrando o conhecimento das diferentes profissões com as necessidades de orientação apresentadas pelos cuidadores. As terapeutas ocupacionais e estagiárias planejaram e conduziram 4 encontros sobre Estimulação auditiva e visual, Estimulação tátil e proprioceptiva, Oficina de brinquedo e Estações sensoriais.	A cada encontro foi possível que as crianças vivenciassem experiências de estimulação auditiva, visual, tátil e proprioceptiva; e aos pais, auxílio e orientação acerca das diversas possibilidades de estimulação, sendo realizada oficinas para a confecção de materiais de baixo custo potencializadores do desenvolvimento sensorial e aprendizado de atividades que pudessem ser vivenciadas pelas crianças a partir da facilitação dos cuidadores.
35.	Mendes et al. (2020)	17 bebês - entre 4 e 8 meses; e seus pais	Realizou-se uma investigação por meio de um Roteiro de Anamnese criado pelas pesquisadoras e avaliação pela Ficha de registro da AIMS.	Dos 17 bebês, 10 frequentavam um programa de intervenção precoce desenvolvido pela TO e se encontravam com o desenvolvimento motor adequado para a idade corrigida. Os outros 7 bebês frequentavam apenas o atendimento de

				puericultura, 3 estavam com suspeita de atraso no desenvolvimento, 2 apresentavam atraso no desenvolvimento e 2 estavam com o desenvolvimento motor adequado para idade corrigida.
36.	Fonseca, Frazão e Girard (2019)	3 crianças - entre 9 e 10 anos	Avaliação realizada com o "Protocolo de Avaliação das Habilidades de Interação Social" elaborado pela pesquisadora. Intervenções grupais realizadas em 13 encontros com a terapeuta ocupacional, uma psicóloga e duas graduandas, com atividades envolvendo passeios externos, técnicas de relaxamento, atividades lúdicas e expressivas e grupo de AVD. Reaplicação do "Protocolo de Avaliação das Habilidades de Interação Social".	De forma comum, os participantes apresentaram inicialmente comprometimento nas habilidades de interação social. Observou-se nos encontros, de forma isolada, comportamentos considerados inadequados e atitudes fora do contexto, além de perfil com pouca interação, empatia e dificuldade de demonstrar emoções, que foram trabalhados no decorrer das intervenções. Na reavaliação, constatou-se evolução das 3 crianças nas habilidades avaliadas.
37.	Sousa, Oliveira e Almohalha (2020)	13 mães de crianças - entre 7 e 10 anos	Avaliação realizada em entrevista com as mães com o instrumento Perfil Sensorial de Dunn, nesta pesquisa utilizou-se a seguinte nomenclatura: para os resultados dentro de desempenho típico, foi utilizada a nomenclatura respostas usuais; para resultados dentro de diferença provável e de diferença clara, foi utilizada a nomenclatura respostas não usuais.	O número total de respostas sensoriais não usuais sobressaiu ao número de respostas usuais, todas as 13 crianças do estudo apresentaram resultados não usuais em no mínimo cinco itens, indicando assim, alterações nas três categorias sensoriais de processamento sensorial, modulação sensorial e comportamentos e respostas emocionais.
38.	Silva, Riccioppo e Almohalha (2020)	10 crianças - entre 7 e 11 anos e seus responsáveis	Investigação realizada por meio de dois roteiros semiestruturados, um para crianças, aplicados antes e depois do jogo, visando identificar a partir do olhar delas, seus hábitos alimentares, o brincar e a aquisição de conhecimento após o jogo; e outro para seus responsáveis, para verificar perfil dos participantes, histórico familiar, a história alimentar da criança e de seus familiares e o envolvimento em atividades físicas e no brincar em casa. Utilizou-se um jogo de tabuleiro "Come-Bem" que foi criado para o fim de possibilitar a promoção de educação alimentar para crianças.	A partir das informações obtidas nos instrumentos, notou-se fatores de risco para obesidade e doenças crônicas. Através do brincar com o jogo "Come Bem" percebeu-se que os alimentos de predileção eram carboidratos, chocolates, balas e refrigerantes, e os de menor aceitação eram as frutas e proteínas; as crianças acertaram a maioria das perguntas sobre as propriedades nutricionais dos alimentos. No questionário aplicado após o jogo, notou-se mudanças positivas com a inclusão hábitos mais saudáveis pelas crianças.
39.	Souza (2020)	2 crianças - 4 e 8 anos	Avaliação realizada em entrevista levando em consideração as concepções do Modelo da Ocupação Humana, utilização do questionário Perfil Sensorial, elaboração da dieta sensorial em forma de programa de intervenção com base na Teoria da Integração Sensorial de Ayres; e, treinamento parental para implementação do programa no domicílio, sendo o acompanhamento terapêutico ocupacional realizado de modo assíncrono por meio de vídeos diários, ficha de	Nas entrevistas verificou-se o perfil sensorial, desafios do processamento sensorial, quais atividades poderiam contribuir com a organização do comportamento sensorial da criança e quais poderiam ser mais excitatórias ao longo do dia. No programa de intervenção, a escolha das atividades foi feita a partir da rotina da criança e do cuidador, do ambiente, recursos e materiais disponíveis, por meio da Teleconsulta, orientou-se os cuidadores quanto aos objetivos individuais da intervenção e as respostas sensoriais de seus filhos, a fim de

			registro das atividades realizadas e sessão de Telemonitoramento.	que conseguissem identificar o momento de continuar ou interromper o estímulo sensorial.
40.	Reis et al. (2018)	24 bebês - entre 3 e 10 meses	Foi investigado os dados sociais e familiares, as dificuldades no cuidado a criança, a relação mãe-bebê, acompanhamentos e terapias em andamento. Avaliou-se aspectos motores, sociais e sensoriais. As intervenções foram realizadas por meio de orientação a mãe, considerando as prioridades para a criança e a dinâmica familiar e estabelecimento de um plano de acompanhamento para revisão mensal, até a criança ser inserida em um atendimento regular de reabilitação.	Nas avaliações detectou-se comprometimento de funções neurológicas, com atraso do desenvolvimento neuropsicomotor, alterações de tônus e do sistema visual, auditivo, proprioceptivo, vestibular e tátil. A partir das intervenções, observou-se discretas mudanças e ganhos nas habilidades estimuladas, além disso, foi realizada orientações as famílias, confecção de adaptações, facilitação do brincar e de AVD.
41.	Silva e Pelosi (2018)	1 criança - 2 anos e 5 meses	Durante os atendimentos, realizou-se três avaliações com os instrumentos ACL, EIP, no momento do ingresso, e reavaliações após 6 e 18 meses, além disso, foram utilizadas para avaliação a Ficha de Avaliação do Serviço de Terapia Ocupacional, e os registros dos prontuários para verificar as evoluções dos atendimentos. As intervenções foram realizadas em grupo na brinquedoteca com mais duas crianças, a criança esteve presente em 22 sessões.	Nas intervenções, estimulou-se o brincar com materiais com diferentes texturas, cores e a participação em brincadeiras que possibilitavam a estimulação auditiva e vestibular. A partir da reavaliação, observou-se evoluções no interesse geral e lúdico, na capacidade e atitude lúdica, e uma menor evolução na habilidade de expressão, esses dados coincidiram com a percepção dos pais na reavaliação.
42.	Jacob, Maia e Mitre (2018)	1 criança - 6 anos	Avaliou-se a capacidade de foco e o seguimento visual, necessários para a utilização do dispositivo de comunicação. Introduziu-se a prancha de comunicação e à medida que o paciente apresentava capacidade para o uso, seguia-se outras etapas de intervenção: utilização da prancha em diferentes situações; uso do computador com os programas Headmouse e Grid; orientação a equipe sobre utilização do equipamento; construção e adaptação de recursos; atividades expressivas; uso de faixa elástica; avaliação e prescrição de cadeira de rodas.	Na avaliação, o paciente apresentou capacidade para uso do equipamento, gradativamente observou-se melhoras no quadro motor e cognitivo, tornando possível o seguimento de outras intervenções que facilitaram a comunicação, interação, desmame de equipamentos e ampliação das possibilidades de movimento. Todas estas conquistas culminaram na alta hospitalar e continuidade do tratamento no ambiente domiciliar.
43.	Fonseca e Guarany (2018)	2 crianças - 10 e 12 anos	Para avaliação do desempenho funcional foram utilizados os instrumentos Teenager Motor Activity Log (TMAL), Pediatric Arm Function Test (PAFT) e a Inventory of New Motor Activities Program (INMAP). Na intervenção por TCI houve treino intensivo das habilidades manuais do membro acometido através da aplicação de tarefas específicas de <i>shaping</i> , a tarefa era gradativamente dificultada e utilizados vários parâmetros de progressão para evolução da atividade, a confecção do gesso sintético foi	A intervenção por meio da aplicação do <i>shaping</i> , foi realizada por 3 horas, todos os dias, durante 3 semanas, realizou-se diferentes atividades intensas e repetitivas abordando habilidades motoras. Na reavaliação, a TMAL identificou evolução na frequência e qualidade dos movimentos realizados com o membro afetado; a PAFT demonstrou um aumento na realização de tarefas unilaterais e bilaterais com o membro afetado; e, a INMAP demonstrou aumento nas habilidades de alcance, pinça eficiente e preensão.

			feita um dia antes do início do tratamento. Por fim, foi realizada a reavaliação com os mesmos instrumentos.	
44.	Silva e Almeida (2017)	1 criança - 2 anos	Avaliação realizada com o instrumento PRS para membros superiores, com auxílio do Goniômetro, observação clínica e palpação dos membros superiores durante movimentos ativos do paciente. Para a intervenção, realizou-se 10 atendimentos semanais, baseados no Conceito Neuroevolutivo Bobath e desenvolvimento neuropsicomotor típico e sensório motor, foram confeccionadas 2 órteses abductoras de polegar em Neoprene com faixa para supinação para os membros superiores, estas foram utilizadas 4 vezes por semana, durante o período escolar, por 4 horas ininterruptas. Por fim, foi realizada a reavaliação.	Através dos dados comparados obtidos na avaliação e reavaliação, observou-se que houve evolução significativa nos aspectos funcionais do Membro Superior Esquerdo, mas nenhuma mudança funcional no Membro Superior Direito, apenas melhora nos aspectos físicos e qualitativos.

Fonte: Própria autoria, 2021.